Diário Oficial
Estado de Sergipe

www.segrase.se.gov.br Nº 27.440 Aracaju/Sergipe segunda-feira 25 de abril de 2016

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO
JACKSON BARRETO DE LIMA
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
BELIVALDO CHAGAS SILVA

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Secretário de Estado de Governo
BENEDITO DE FIGUEIREDO

Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
BELIVALDO CHAGAS SILVA

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA

Secretário de Estado da Fazenda
JEFERSON DANTAS PASSOS

Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
VALMOR BARBOSA BEZERRA

Secretário de Estado da Segurança Pública
JOÃO BATISTA SANTOS JUNIOR

Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor
ANTONIO HORA FILHO

Secretário de Estado da Educação
JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Cultura
IRINEU SILVA FONTES JUNIOR

Secretário de Estado da Saúde
MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA COSTA

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca
ESMERALDO LEAL DOS SANTOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
FRANCISCO DE ASSIS DANTAS

Secretária de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos
MARTA MARIA DE SOUZA LEÃO

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS

Secretário de Estado do Turismo e do Esporte
ADILSON DE CARVALHO SILVA JUNIOR

Secretário de Estado da Comunicação Social
JOSÉ SALES NETO

Procuradora-Geral do Estado
MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

Defensor Público-Geral do Estado
JESUS JAIRO ALMEIDA DE LACERDA

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado
ADINELSON ALVES DA SILVA

Chefe do Gabinete Militar do Governo do Estado
TEN.CEL.QOPM EDUARDO HENRIQUE SANTOS

Diário Oficial

PAULO SERGIO ARAUJO SANTOS
DIRETOR-PRESIDENTE

RICARDO J. RORIZ SILVA CRUZ DIRETOR ADM. E FINANÇAS
MÍLTON ALVES DIRETOR INDUSTRIAL

Segrase
Rua Propriá, 227- Aracaju/SE
(79) 3205-7400/7440 • CNPJ 13.085.519/0001-61
publicacao@segrase.se.gov.br

SECRETARIAS

Planejamento, Orçamento e Gestão

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2016

OBJETO: Aquisição parcelada de MATERIAIS GÁRAFICOS PARA PM/SE

CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias corridos, **FONTE DE RECURSOS:** A cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no respectivo Contrato (Anexo III do Edital).
BASE LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 Lei nº 8.666/93. Lei Estadual nº 6.206/2007, Lei Estadual nº 5.280, Lei Estadual nº 5.848, Decretos Estaduais nºs. 26.531 e nº 26.533 de 2009.

CONTRATADAS:

CONTIPLAN FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA
CNPJ: **66.605.734/0001-02**

LOTES	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ESTMADA	PREÇO UNITÁRIO
04	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO**, 50 FOLHAS X 04 VIAS COM CORES DISTINTAS,PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M²,MEDINDO 21 X 31 CM,1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	12,12
05	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR**, 50 FOLHAS X 03 VIAS COM CORES DISTINTAS,PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M²,MEDINDO 21 X 31 CM,1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	9,97
06	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **HISTÓRICO PAUTADO**, 50 FOLHAS X 03 VIAS COM CORES DISTINTAS,PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M², MEDINDO 21 X 31 CM,1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	9,95

IMPRIMA SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA EPP
CNPJ: **08.108.612/0001-04**

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **REQUISIÇÃO PARA EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO**, 50 FOLHAS X 03 VIAS COM CORES DISTINTAS, PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M², MEDINDO 21 X 31 CM, 1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	12,30
02	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **TERMO DE MANIFESTAÇÃO DO OFENDIDO E DE COMPROMISSO DO AUTOR**, 50 FOLHAS X 04 VIAS COM CORES DISTINTAS, PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M²,MEDINDO 18 X 20 CM, 1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	15,50
03	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - PERTUBAÇÃO DO SOSSEGO**, 50 FOLHAS X 03 VIAS COM CORES DISTINTAS, PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M²,MEDINDO 21 X 31 CM, 1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	10,00
07	BLOCO NOTA DE ROTINA - TIPO: **FECHAMENTO DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**, 50 FOLHAS X 03 VIAS COM CORES DISTINTAS, PAPEL AUTO COPY (AUTOCOPIATIVO) CF 56 G/M², CAPA DO BLOCO EM SUPER BOND AZUL 63 G/M², MEDINDO 21 X 31 CM,1X0 COR PARA CADA VIA, 0X0 PARA A CAPA	500	11,10

Adjudico em, 14 de abril de 2016.

ROSENILDE MENEZES ALMEIDA
Pregoeira – SGCC/SEPLAG

Homologo em, 20 de abril de 2016

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO: 148/2016

OBJETO: Aquisição de refil para purificadores de água, destinada ao atendimento das necessidades do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE **DATA DE ABERTURA**: 10/05/2016 às 08:00 horas. **SESSÃO DE DISPUTA**: 10/05/2016 às 09:00 horas. **NO SÍTIO**: www.licitacoes-e.com.br **BASE LEGAL**: Leis Fed. 10.520/2002 e 8.666/93. Leis Est. nº 6.206/2007, 5.280/2004 e 5.848/2006, Decretos Est. 26.531/2009 e 26.533/2009 **PARECER JURÍDICO**: 0110/2016-PROJUR - IPESAÚDE **Formalização de Consultas e Edital**: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. **Órgão Solicitante**: IPESAÚDE: (0xx79)3226-2718 ou Seplag: (0xx79) 3214 - 0306 à rua Duque de Caxias, 346 – São José – Aracaju/SE, de 07 às 13:00 horas.

Aracaju, 20 de abril de 2016.

SIMONE SOARES PRADO
Pregoeiro – SGCC/Seplag

Segurança Pública

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS-DAF
SINTESE DE DISPENSA EMERGENCIAL N° 007/2016

Processo n° 022.000.03490/2015-2 **Objeto**: Contratação de serviços para atender as necessidades do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública – CIOSP. **Valor Total**: R$ 4.063.941,84 (quatro milhões, sessenta e três mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos); **Contratado**: TELEMAR NORTE LESTE S/A e OI MÓVEL S/A. Dispensa de licitação Art. 24, inciso IV da Lei 8666/93 e de acordo com a Justificativa desta SSP, aprovado pela PGE nº 2401/2016.

José Inephanio de Souza Cardoso
Diretor do DAF/SSP/SE

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- DAF
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2014

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONTRATADA: LABORATÓRIO ROCHA & AYLA S/C LTDA
OBJETO: 2° Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato n°.**015/2014** referente a contratação de empresa especializada na realização de Exames Anatomo-Patológico para o Instituto Médico Legal – IML.
PRAZO: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de junho de 2016.
BASE LEGAL: Parecer Jurídico n° 2033/2016 da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe.
DATA DE ASSINATURA: 15 de abril de 2016.

José Inephânio de Souza Cardoso
Diretor do DAF/SSP/SE

Educação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Demonstrativo de Celebração do Convênio nº 13/2016

CONCEDENTE	CONVENENTE	OBJETO	VIGÊNCIA Início	VIGÊNCIA Término
SEED	**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA**	Repasse de auxílio financeiro visando custear o oferecimento de transporte escolar de Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, que se deslocarão da zona rural para a sede do município. **Valor do Convênio: R$ 1.191.000,00** - Unidade Orçamentária: 18101; Projeto: 0179; Elemento de Despesa: 3340.41; Fonte: 0104; NE: 002167 de 29.03.2016. - Unidade Orçamentária: 18101; Projeto: 0180; Elemento de Despesa: 3340.41; Fonte: 0104; NE: 002169 de 29.03.2016.	**29.03.2016**	**31.12.2016**

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

DEMONSTRATIVO DE CELEBRAÇÃO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 75/2014

Com base no parágrafo 8º, do art. 65 da lei nº. 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116 da mesma lei e tendo em vista a necessidade de adequar o Orçamento do Contrato nº 75/2014 celebrado entre a SEED e a empresa TAVARES MENDONÇA CONSTRUÇÕES LTDA, resolve substituir a Fonte de Recurso utilizada anteriormente – FR 0104 (Recursos Vinculados à MDE), pela Fonte de Recursos 0204 – (Salário Educação), conforme descriminação abaixo:

Unidade	Programa de Trabalho	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte	Valor R$
18101	12.362.0007	2184	4490.51	F.R: 0204	3.129.788,13

Permanecendo inalterável os Recursos oriundos do Convênio Federal nº 702416/2010/FNDE, na Fonte de Recursos 0222, cuja Despesa está consignada à seguinte Classificação Orçamentária: 18101.12.362.0007, Projeto/Atividade: 2184, Elemento de Despesa: 4490.51, no valor de R$ 7.408.389,95 (sete milhões, quatrocentos oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

Aracaju, 20 de abril de 2016

ARISTÓTELES GOMES DE OLIVEIRA
DIRETOR DA ASPLAN/SEED

Agricultura e do Desenvolvimento Rural

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA

GERÊNCIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 18/ 2016
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Prorroga o prazo de vigência da Portaria nº 05/2015, que trata da composição das coordenadorias e o apoio técnico e administrativo do Grupo de Trabalho designado Unidade Estadual de Gestão do Projeto (UEGP), para execução do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Projeto Dom Távora, instituída por Decreto e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, na forma das disposições previstas na Lei nº 2.148 de 21 de dezembro 1977(Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe), considerando o disposto na Lei nº 6.974 de 26 de outubro de 2010, Decreto nº 28.880 de 05 de novembro de 2012, Decreto nº 29.514 de 04 de outubro de 2013, e, Decreto nº 29.953 de 10 de fevereiro de 2015.

Considerando as condições estabelecidas na Acordo de Financiamento (Empréstimo nº I – 883/BR) do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Dom Távora, celebrado entre o Estado de Sergipe da República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), assinado, em Brasília/BR,em 30 de agosto de 2013;

Considerando as normas de conduta estabelecidas no Manual de Operações do Projeto (MOP), que é parte integrante do Projeto;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de:

I. Coordenador Geral da UEGP, o servidor **Eduardo Cabral de Vasconcelos Barreto**, CPF nº 144.210.545-34;
II. Coordenador de Desenvolvimento de Negócios Rurais, o servidor **Sandro Roberto Kruger**, CPF nº 779.864.230-72;
III. Coordenador de Desenvolvimento de Capacidades para Negócios Rurais, o servidor **Manoel Messias de Meneses Freire**, CPF nº 266.231.705-10;
IV. Coordenador Administrativo e Financeiro, o servidor **Paulo Fernandes dos Santos**, CPF nº 077.442.425-72;
V. Coordenador de Monitoria e Avaliação, o servidor **Clodualdo de Oliveira Lima**, CPF nº 510.582.197-15;
VI. Apoio Técnico Administrativo, a servidora **Ana Cristina Silva Nascimento**, CPF nº 412.226.105-82.

Art. 2º – O coordenador Geral da UEGP receberá um adicional no valor de R$ 1.600,00, a ser pago mensalmente.

Art. 3º – Os demais coordenadores indicados no Art. 1º, receberão um adicional no valor de R$ 1.300,00, a ser pago mensalmente.

Art. 4º – O apoio técnico e administrativo indicado no Art.1º, receberá um adicional no valor de R$ 800,00, a ser pago mensalmente.

Art. 5º – Esta Portaria entrara em vigor a partir de 01 de março de 2016.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CONHECIMENTO
PUBLIQUE-SE

Aracaju, 12 de fevereiro de 2016
Esmeraldo Leal dos Santos
Secretário de Estado

GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

PORTARIA Nº 19/2016
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Constitui **Comissão Especial para Vistoria, Avaliação e Estudos Técnicos do Projeto Manoel Dionísio Cruz I.**

O Secretário de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 15.366, de 19 de junho de

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

1995, em consonância com o disposto no art. 6º da Lei nº 2.435, de 30 de setembro de 1983 c/c a Lei n° 6.426, de 23 de junho de 2008.

Considerando o Convênio CRT-SR-23/SE Nº 04000/2007, firmado entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca -SEAGRI, visando constituir Comissão Especial para encerramento do Convênio até 31 de julho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir pelo **prazo de 6 meses,** Comissão Especial para Vistoria, Avaliação e Estudos Técnicos do Projeto Manoel Dionísio Cruz I, cujo início de vigência foi homologada pelo Decreto nº 26.785, de 15/12/2009.

Art. 2º - A Comissão Especial, para Vistoria, Avaliação e Estudos Técnicos do Projeto Manoel Dionísio Cruz I, passa a ser composta pelos servidores: **Claudio Meneses Lima**, R.G nº 594.853, SSP/SE e CPF 309.138.534-53, **Idalton Antonio Martins**, R.G nº 1.160.9924, SSP/SE e CPF n° 358.750.209-97, e **José Afonso Messias**, R.G nº 9430.111, SSP/SE e CPF nº 586.710.668-72

Art. 3º – Fica concedido aos membros designados no art. 2º desta Portaria um adicional de participação no valor de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**, a ser pago mensalmente, atendendo ao art. 3º, § 2º, do Decreto Governamental nº 29.560, de 20/11/2013.

Art. 4º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Dê-se conhecimento,
Cumpra-se.

Esmeraldo Leal dos Santos
Secretário de Estado

GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

PORTARIA Nº 20/2016
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Constitui **Comissão Especial para Discriminação de Terras do Projeto Jacaré-Curituba, nos moldes do Decreto nº 15.366, de 19/06/1995.**

O Secretário de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 15.366, de 19 de junho de 1995, em consonância com o disposto no art. 6º da Lei nº 2.435, de 30 de setembro de 1983 c/c a Lei n° 6.426, de 23 de junho de 2008.

Considerando o Convênio CRT-SR-23/SE Nº 04000/2007, firmado entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca -SEAGRI, visando constituir Comissão Especial para encerramento do Convênio até 31 de julho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir pelo **prazo de 6 meses,** Comissão Especial para Discriminação de Terras do Projeto Jacaré-Curituba, cujo inicio de vigência foi homologada pelo Decreto nº 26.563, de 22/10/2009,

Art. 2º - A Comissão Especial, Discriminação de Terras do Projeto Jacaré-Curituba, passa a ser composta pelos servidores: **Glicia Maria dos Santos**, R.G nº 466.322, SSP/SE e CPF 151.036.255-04, **Rosa Maria Santos Oliveira**, R.G nº 808.484, SSP/SE e CPF nº 449.792.155-72 e **Dalva Angelica Santos da Graça**, R.G nº 1382124, SSP/SE e CPF nº 005017415-00.

Art. 3º – Fica concedido aos membros designados no art. 2º desta Portaria um adicional de participação no valor de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**, a ser pago mensalmente, atendendo ao art. 3º, § 2º, do Decreto Governamental nº 29.560, de 20/11/2013.

Art. 4º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Dê-se conhecimento,
Cumpra-se.

Esmeraldo Leal dos Santos
Secretário de Estado

GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca

PORTARIA Nº 23 /2016
DE 15 DE MARÇO DE 2016

Cria Comissão de Trabalho para Análise e Aprovação de Planos de Negócios destinada ao Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora, autorizado pela Lei nº 6.974 de 26 de outubro de 2010, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 2.148/77, combinado com o Decreto nº 15.356, de 19 de dezembro de 1995 e ainda de conformidade com o Decreto nº 24.571, de 31 de julho de 2007e suas alterações.

Considerando a celebração do Acordo de Financiamento de Projeto entre o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), para a realização do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora, assinado em 30 de agosto de 2013;

Considerando, que o estabelecimento da Comissão de Análise e aprovação de Planos de Negócio é exigências definida no Acordo de Empréstimo N° I 883-BR, assinado pelo Governo do Estado de Sergipe e o FIDA, em 30 de agosto de 2013;

Considerando, que o Manual de Operação do Projeto – MOP, que é parte integrante do "Acordo de empréstimo" na sua página n°12, Item 1.1.3 – Unidade Estadual de Gestão do Projeto - UEGP, nos parágrafos 35 e 36 define a criação e composição da comissão;

Considerando-se, que para aprovação e encaminhamento dos Planos de Negócios no âmbito do Projeto Dom Távora torna-se necessária a formalização da competente Comissão de Trabalho;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica constituído pelo **prazo de 01 (um) ano** a Comissão de trabalho para Análise e Aprovação de Planos de Negócio, para comprimento das seguintes finalidades:

I – Analisar e aprovar todos os Planos de Negócios com um montante de até US$ 30.000 de subvenção do Projeto, propostos pelas organizações dos Agricultores Familiares instituídas na área de atuação do projeto, desde que obedeçam os critérios de elegibilidade e sustentabilidade estabelecidos pelo Projeto Dom Távora;

II – Encaminhar todas Planos de Negócios analisados e aprovados, bem como todas as especificações e detalhamentos técnicos para subsidiar o Secretário da Agricultura na autorização a formalização de convênios com as organizações de produtores familiares beneficiárias do Projeto Dom Távora;

III - Analisar todos os Planos de Negócios com um montante superior a US$ 30.000 de subvenção do Projeto, propostos pelas organizações dos Agricultores Familiares instituídas na área de atuação, desde que obedeçam os critérios de elegibilidade e sustentabilidade estabelecidos pelo Projeto Dom Távora, e quando avaliados positivamente, encaminhar ao Secretário da Agricultura, que enviará para análise e aprovação do Comitê Executivo do Projeto.

IV - Encaminhar todas dos Planos de Negócios analisados que atinjam um montante superior a US$ 30.000 de subvenção do Projeto, propostos pelas organizações dos Agricultores Familiares instituídas na área de atuação, dentro dos critérios de elegibilidade e sustentabilidade estabelecidos pelo Projeto Dom Távora, bem como as especificações e detalhamentos técnicos necessários, para subsidiar Secretário da Agricultura e comitê executivo na análise e aprovação dos planos;

V – Assessorar o Secretário da Agricultura e demais membro do Comitê Executivo, nas matérias que dizem respeito a elaboração, análise e aprovação dos Planos de Negócios;

VI – Assessorar as Equipes técnicas das ULGPs, nas matérias que dizem respeito a elaboração, análise e aprovação dos Planos de Negócios;

VII – Estabelecer contato direto com as demais instancias executivas do Projeto, no sentido de acompanhar e agilizar os processos de elaboração dos Planos de Negócios;

VIII – Emitir encaminhar com regularidade, pareceres e relatórios sobre os resultados dos processos de análise e aprovação dos Planos de Negócios.

IX – Estabelecer contato direto com o FIDA, no sentido de acompanhar os processos de análise e aprovação dos Planos de Negócios;

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo discriminados sob a Presidência do primeiro para constituírem a Comissão de trabalho para Análise e Aprovação de Planos de Negócio do Projeto Dom Távora;

Coordenador	CPF
1. Eduardo Cabral de Vasconcelos Barreto	144.210.545-38
Equipe de Apoio:	
2. José Vicente de Aragão Melo	339.441.995-53
3.Sandro Roberto Kruger	779.864.230-72
4. Antônio José Flamarion de Carvalho Deda	309.167.045-72
5. José Valdomiro Fernandes Menezes	259.284.575-53

Art. 3º - Pela participação na Comissão de Trabalho de que trata o art. 2º desta Portaria, o Coordenador recebera um adicional no valor de R$ 1.600,00, e os demais membros no valor de R$ 1.300,00 a ser pago mensalmente, 30 (trinta) vezes a Unidade Fiscal Padrão (UFP) do Estado de Sergipe, a ser pago mensalmente, conforme Decreto Governamental n° 29.953, de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Art. 6º - Revogam-se às disposições em contrário.

DÊ-SE CONHECIMENTO
PUBLIQUE-SE

ESMERALDO LEAL SANTOS
Secretário de Estado

Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 03/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS, ORIUNDAS DO BAIRRO LÍDIA SOUZA, MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO/SE.
EMPRESA VENCEDORA: CEPECEM – CENTRO DE PESQUISA, CONSULTORIA E ESTUDOS DE MERCADO LTDA – ME.
VALOR: R$ 22.422,08 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte dois reais e oito centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias;
HOMOLOGADA: 20/04/2016.
Aracaju, 22 de abril de 2016.

Manoel Alfredo Santos Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 04/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO SOCIAL JUNTO ÁS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS, ORIUNDAS DO POVOADO MANDACARU, NO MUNICÍPIO DE NOSSA DA GLÓRIA/SE.
EMPRESA VENCEDORA: CEPECEM – CENTRO DE PESQUISA, CONSULTORIA E ESTUDOS DE MERCADO LTDA – ME.
VALOR: R$ 20.345,20 (vinte mil trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias;
HOMOLOGADA: 20/04/2016.
Aracaju, 22 de abril de 2016.

Manoel Alfredo Santos Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO
NATUREZA JURÍDICA: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2015.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA.
CONTRATADAS: JSR – Construções, Projetos e Consultoria Ltda – EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e em mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia subsequente aos vencidos e acréscimo de valor no montante de R$ 17.6397,09.
PRAZO INICIAL: Vigência - 08 meses; Execução - 120 dias.
PRAZO FINAL: Vigência - 08 meses e 120 dias; Execução – 240 dias.
VALOR INICIAL: R$ 71.113,45.
VALOR FINAL: R$ 88.750,54.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 26106.15.122.0044.0992 .3.3.90.39.0252.
NOTA DE EMPENHO: 635/2016
PARECER JURÍDICO Nº: 2204/2016
Aracaju, 18/04/2016.

MANOEL ALFREDO SANTOS LIMA
Assessor Especial de Assuntos Institucionais

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Comunicação Social

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

AVISO DE DIVULGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 01/2016

A Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social do Estado de Sergipe, em atendimento às disposições legais e à Resolução n.º 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado – TCE torna público, para conhecimento de todos, a realização de Licitação, na modalidade abaixo especificada, e mediante informações a seguir:

INEXIGIBILIDADE: Credenciamento n.º 01/2016
REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93.
OBJETO: Veiculação em emissoras de rádios comunitárias para divulgação de publicidade de caráter obrigatório (por força de lei), convocatório ou educativo, que se apresentem como requisito de eficácia de política pública de caráter vinculado, no Estado de Sergipe, através de Convênio.
PRAZO: 12 meses, podendo ser prorrogado.
PARECER JURÍDICO: N.º1459/2016 – PGE, e Despacho Motivado nº. 1492/2016.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir de 29/04/2016
VALOR GLOBAL ANUAL: R$ 430.000,00
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 29401
Fonte de Recurso: 0101
Programa de Trabalho: 041310017
Projeto/Atividade/Denominação: 2095
Elemento de Despesa: 335000

O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Especial de Credenciamento, localizada na SECOM: Travessa Adolfo Rollemberg, nº. 40 Bairro São José – CEP: 49.015-010, Email: fernandamartins.secom@gmail.com.

EDITAL: Disponível no site:
http://agencia.se.gov.br/a-secom/downloads/credenciamento-de-radios-comunitarias

Aracaju/SE, 21 de abril de 2016.

JOSÉ SALES NETO
Secretário de Estado da Comunicação Social

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Cohidro

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

Cumprindo às disposições legais e estatutárias da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe **– COHIDRO,** órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário e da Pesca – **SEAGRI**.
Submetemos ao exame e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração da Sociedade e Demonstrações Financeiras acompanhados das notas explicativas e dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal e Auditor Independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.
O ano de 2015 foi marcado pelas dificuldades econômico-financeiras que enfrentam os pequenos produtores muitas vezes pelas intempéries climáticas, levando-os ao abandono de suas atividades rurais, com grandes prejuízos para a renda estadual, que ainda vive basicamente do setor agrícola. Daí, a preocupação constante das ações governamentais, de proteção e incentivos àqueles que por problemas estruturais, ficam à margem de uma melhor participação do sistema econômico produtivo. E neste sentido torna-se necessário a continuidade da revitalização dos sistemas operacionais de irrigação dos perímetros públicos irrigados, incorporando de forma de interventiva o Estado no sistema de recursos hídricos e no enfoque sistêmico, articulando a comunidade ou território, às estratégias que levou a eficiência de desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, concretiza-se a participação do Estado efetivado a execução das suas atividades de empresa vinculada ao Plano das Diretrizes traçadas pelo Governador do Estado. Tais Diretrizes foram identificadas pelas demandas prioritárias da população, as quais foram incluídas no Plano Plurianual – PPA e passaram a ser atendidas, no caso especifico do setor agropecuário, pela **SEAGRI** e suas vinculadas – **COHIDRO e EMDAGRO.**

REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS

Em 2015, destacamos as ações de revitalização e modernização dos Perímetros Públicos Irrigados administrados pela **COHIDRO,** provenientes dos Termos de Cooperação Técnica firmados com a Secretaria de Estado da Agricultura – **SEAGRI** através dos repasses financeiros do Ministério de Integração Nacional – **MIN**, Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA** e do **PROINVEST,** tendo como obrigação da **COHIDRO** executar os Processos Licitatórios, inclusive acompanhar e atestar a execução dos serviços realizados, sendo que os pagamentos da execução foram empenhados e liquidados pela **SEAGRI.** A nossa expectativa para 2016 está na conclusão da recuperação e revitalização de todos os perímetros irrigados para que os mesmos operem com eficiência, objetivando alcançar níveis de produção compatíveis com a sua capacidade instalada, mantendo o monitoramento e a manutenção dentro dos padrões operacionais.

COHIDRO E A AGRICULTURA FAMILIAR

A **COHIDRO** administra seis Perímetros Irrigados, responsáveis pela produção de 70 % das hortaliças consumidas no Estado e com a introdução de novos projetos, tem-se a previsão de suprir o mercado local e a produção excedente para exportação de alimentos variados, tais como: batata-doce, quiabo, milho, cana-caiana, inhame, macaxeira,
maracujá, goiaba, tomate, pimentão, alface, coentro, cebolinha e outros. Os perímetros estão localizados nos municípios de Itabaiana, Canindé, Tobias Barreto, Lagarto e Malhador, e ocupam uma área total de mais de 9 mil hectares.

Nos Perímetros Irrigados, a **COHIDRO** presta assistência técnica a 1.450 famílias assistidas, favorecendo aproximadamente 9 mil empregos diretos e beneficiando uma população de 13.435 pessoas Só em 2015, a produção total dos seis perímetros foi de 117.666 toneladas de alimentos/ano, o que gerou uma receita aos pequenos produtores irrigantes superior a R$ 110 milhões. Essa produção, além de ser comercializada em outros Estados do Nordeste, fornece para a Central de Abastecimento de Sergipe (**CEASA**) e as feiras livres do Estado. Há aproximadamente 15 anos, **por decisão política, a utilização da terra, energia elétrica e manutenção dos serviços de irrigação são prestadas a custo ZERO para os irrigantes,** contribuindo para que **Aracaju tenha a cesta básica mais barata entre as capitais do Brasil, segundo o DIEESE**. É bom frisar que a **COHIDRO só de energia elétrica paga em média R$ 527.000,00 por mês, é necessário salientar que durante o ano 2015 a despesa de energia elétrica foi acima de R$ 6.324.000,00.**

COHIDRO E A PRODUÇÃO AGRO ECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS

É um Projeto Agro ecológico, porque dispensa o uso de ações prejudiciais à natureza, como o uso de agrotóxicos, o desmatamento e as queimadas. É integrado, pois alia a criação de animais com a produção vegetal. Incentiva os agricultores a se organizar em associações e aponta novos canais de comercialização. Como um meio de fortalecer a produção orgânica nos perímetros irrigados e oferecer qualidade de vida ao homem do campo e ao consumidor final, a **COHIDRO** vem adotando programas de produção sustentáveis, a exemplo do **PAIS** – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, onde através da parceria com o **SEBRAE, Fundação Banco do Brasil e BNDES.** Com o **PAIS,** o pequeno agricultor familiar terá uma possibilidade de renda extra e de acesso aos mercados tradicionais e institucionais para escoar seus produtos, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**), da Companhia Nacional de Abastecimento (**CONAB**) – Governo Federal – e de feiras agroecológicas.

PECUARIA LEITEIRA

Além de frutas, hortaliças e legumes, nossos perímetros irrigados também têm produzido bastante leite, através do **Projeto Balde Cheio** no perímetro irrigado **Jabiberi em Tobias Barreto.** O programa tem como propósito transferir novas tecnologias para o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades familiares, ensinando os produtores a gerenciar melhor seu negócio e aumentando a lucratividade em seus lotes. Em Sergipe, o 'Balde Cheio' é fruto da parceria entre **COHIDRO, SEBRAE e ,** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária **– EMBRAPA**, e conta com o apoio do **Banco do Nordeste e Banco do Brasil**. Em 2015, foram produzidos 1.342.795 litros de leite e 134.270 quilos de queijos, beneficiando uma população de 920 pessoas.

PERFURAÇÃO DE POÇOS

A perfuração de poços esta elencada na Lei Orçamentária anual como compromisso do Governo e é uma das atividades mais importantes da **COHIDRO**, pois leva água de qualidade e em maior quantidade à população sergipana. Esta ação é utilizada não apenas para o abastecimento humano, mas também na irrigação, aqüicultura, piscicultura, e dessedentação animal. Assim, levamos ao trabalhador do campo uma melhor condição de vida, evitando o êxodo rural. Contribuindo, também, para a redução da mortalidade infantil provocada por doenças de veiculação hídrica, o que fez o Estado de Sergipe receber um prêmio da **UNICEF** por produzir modificações saudáveis nos hábitos higiênicos e sanitários das famílias atendidas por esses sistemas.

Em quase três décadas de existência, a **COHIDRO** soma **3.650 poços perfurados, implantou 5.000 cisternas, construiu 2.000 aguadas e instalou 2.500 sistemas singelos de abastecimento d'água** nos diversos municípios sergipanos, além de ter atuado em todas as cidades com a manutenção e instalação de poços, inclusive em propriedades particulares. A população rural beneficiada é de aproximadamente **240 mil pessoas** em todo o Estado, contribuindo para aumentar o nível de renda do homem do campo e diminuir o inchaço das cidades com favelas indignas a vida humana.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2011 COHIDRO – SEMARH / FUNERH

Dando continuidade à execução do **Termo de Cooperação Técnica no valor de R$ 1.400.000,00**, firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – **SEMARH e a COHIDRO,** que tem como objeto a colaboração mútua entre os participes visando a recuperação dos sistemas elétricos, hidromecânicos e de infraestrutura civil dos perímetros públicos irrigados **"Califórnia e Poção da Ribeira",** administrados pela **COHIDRO.**
Foi repassado em 2015 para a **COHIDRO** pela **SEMARH** o valor de **R$ 575.100,00** para recuperação do Perímetro Irrigado da Califórnia (Canindé do São Francisco), permanecendo um saldo para ser repassado a partir de janeiro/2016 **R$ 450.000,00,** objetivando a revitalização dos Perímetros Irrigados da Califórnia (Canindé do São Francisco) e Poção da Ribeira (Itabaiana).

PISCICULTURA E ENERGIA SOLAR

Através da Gerência de Aqüicultura e Pesca, a **COHIDRO** apóia o desenvolvimento da Piscicultura no interior do Estado, prestando assistência técnica aos produtores e oferecendo tecnologias para a criação de pescados e alevinos através de cursos, palestras, treinamentos e reuniões. No total, a **COHIDRO** apóia mais de 100 famílias de oito associações que trabalham na criação de tilápias e tambaquis, dentre outras espécies. A **COHIDRO** também deu prosseguimento ao trabalho de acompanhamento e orientação às associações de piscicultores neste importante elo da cadeia produtiva do pescado para a comercialização em feiras livres e redes de supermercados através do 'Programa de Aquisição de Alimentos' da **CONAB.**
A **COHIDRO** atende às comunidades de aqüicultores e pescadores artesanais com a instalação e manutenção de kits de energia solar, levando a luz a dezenas de famílias carentes de energia convencional, inclusive favorece o seu bombeamento em poço tubular proporcionando o fornecimento de água potável as famílias de pescadores artesanais
.

COHIDRO E O PLATÔ DE NEOPÓLIS

Irrigação, perfuração de poços, estímulo à pecuária leiteira e piscicultura. São muitas as áreas de atuação da **COHIDRO** dentro do Estado de Sergipe. E se já não bastassem tantas ações, a Companhia ainda é responsável pelo gerenciamento do Platô de Neópolis, em parceria e gestão consorciada com a Associação de Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neopólis - **ASCONDIR**, numa extensa área de terra produtiva explorada por cerca de 40 grandes empresas. O Platô é um dos maiores empregadores da região e contribui de maneira expressiva para a geração de renda para nosso Estado.
Para ilustrar a importância do Platô para Sergipe, afirmamos que 2015 foram produzidos:

a) 300.000 toneladas de cana de açúcar, em 3.315 hectares irrigados;
b) 45.480 toneladas de frutas (limão, manga, banana, laranja, mamão e maracujá) em 1.422 hectares irrigados;
c) 44.050.000 unidades de coco verde, em 1.715 hectares irrigados;
d) 3.000 toneladas de mandioca, em 90 hectares irrigados;
e) 1.700.000 metros quadrados de grama para jardins, em 170 hectares. irrigados.

Com as diversas atividades do Platô, em 2015, somou-se um total de 7.061 hectares irrigados, sendo gerados 3.500 empregos diretos.

FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

O governo através de um plano estratégico procurou oferecer alternativas de modo a promover a dinamização, expansão e diversificação de cadeias produtivas da agropecuária estadual, visando sustentabilidade dos Perímetros Irrigados e dos elos da cadeia produtiva, sendo introduzidos os Programas: Programa de Aquisição de Alimentos – **PAA,** Programa Nacional de Alimentação Escolar - **PNAE** "Frutos da Terra" / Cédula do Produtor Rural – **CPR -** Doação Simultânea e outros.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Objeto: Somação de esforços entre o Governo Federal (**CONAB)** e Estadual responsáveis pela compra de gêneros da Agricultura Familiar e distribuição entre as entidades socioassistênciais que fornece alimentos “gratuitos” à população de baixa renda, conseguiremos assim eliminar a figura do “atravessador e a erradicação da pobreza rural”. E como se isso não fosse suficiente, temos a garantia da comercialização com um valor financeiro digno da sua produção. Constituído por 209 produtores, fornecendo aproximadamente 733.335 ton de alimentos, beneficiando uma população estimada de 22.140 pessoas.

PROJETO JACARÉ / CURITUBA EM FASE DE IMPLANTAÇÃO

Estando em fase de implantação o Projeto Jacaré Curituba (Canindé do São Francisco) que contemplam a pequena unidade familiar de produção e a exploração a nível empresarial.

Territorização do Projeto Alto Sertão	Localização	Área Irrigá-vel (há)	População. Beneficiada.	Empregos Diretos	Produção Física(-ton/ano)
TOTAL		3.681	15.460	2.600	57.194

BANCO MUNDIAL - PROGRAMA ÁGUA DE SERGIPE

O **Programa Água de Sergipe junto ao Banco Mundial** tem como objetivo geral fortalecer o marco institucional e de políticas públicas para a gestão integrada dos recursos hídricos e meio ambiente no Estado de Sergipe e implementar ações que contribuam para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Sergipe, sob uma perspectiva integrada.
A concepção do Programa prioriza investimentos na Bacia do Rio Sergipe (principal rio estadual) buscando a expansão e melhoria da infra-estrutura hídrica e de saneamento ambiental da bacia hidrográfica, propiciando a recuperação, proteção e o potencial aproveitamento sustentável de seus recursos naturais De acordo com entendimentos mantidos com o Banco Mundial o presente Projeto prevê as intervenções de infra-estrutura encontram-se agregadas em dois conjuntos: (i) o primeiro referente à contrapartida do Estado relacionado à algumas obras em andamento com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento - **PAC** e; (ii) o segundo referente ao financiamento do Banco Mundial consistindo em obras de melhoria da eficiência dos sistemas de irrigação existentes, da solução das questões de resíduos sólidos (lixões a céu aberto) e da implantação de sistemas de esgotamento sanitário na Bacia do rio Sergipe.

Nesse sentido a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – **COHIDRO** participa como componente integrante do projeto no gerenciamento ambiental e social envolvendo uma análise da situação ambiental existente, uma avaliação das medidas ambientais a serem adotadas, uma avaliação ambiental das tipologias de subprojetos e a definição de critérios e procedimentos para avaliação ambiental dos subprojetos na fase de implementação das Águas de Sergipe.
Todas as ações da **COHIDRO** estão inseridas neste componente 2, no valor global de **R$ 15.281.944,00** (quinze milhões, duzentos oitenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais) do programa que corresponde **56% aproximadamente do seu total** de R$ 25.163.021,75 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e três mil, vinte um reais e setenta e cinco centavos).
A obrigação da **COHIDRO** no citado Programa é preparar as demandas elencadas no Plano de Trabalho, inclusive acompanhar e atestar a execução dos serviços realizados, sendo que os processos licitatórios e seus pagamentos são realizados pela **SEMARH.** A nossa expectativa para 2016 está na conclusão da recuperação e revitalização de todos os perímetros irrigados para que os mesmos operem com eficiência, objetivando alcançar níveis de produção compatíveis com a sua capacidade instalada, mantendo o monitoramento e a manutenção dentro dos padrões operacionais.
A avaliação do componente 2 – Águas e Irrigação compreendeu uma análise ambiental e social da situação da infra-estrutura hídrica e dos perímetros de irrigação. A nossa expectativa para 2016 está na conclusão da Modernização e Recuperação dos Perímetros Públicos de Irrigação e da Infra estrutura Hídrica na Bacia do Rio Sergipe, que prevê as seguintes atividades:

- **Segurança e recuperação das barragens de Jacarecica I, Jacarecica II e Ribeira**
- **Estudos de Viabilidade, modelagem técnica e modernização dos perímetros públicos de Jacarecica I, Jacarecica II e Ribeira.**

PROINVEST

O **PROINVEST** foi concebido pelo governo federal como uma estratégia para acelerar os investimentos públicos dos Estados. Foram colocados à disposição das unidades da federação recursos da ordem de R$ 20 bilhões com o propósito de ampliar o potencial de crescimento da economia brasileira, na medida em que, de um lado, os investimentos vão propiciar a ampliação da infra-estrutura produtiva e urbana em todo o território nacional e, de outro lado, injetarão recursos expressivos que fomentarão a atividade econômica interna. Deste montante, a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe **COHIDRO** foram beneficiadas com a parcela de R$ 11 milhões, que serão utilizados em investimentos estruturais, estipulados em R$ 6,5 milhões, nos Perímetros Irrigados Califórnia (Canindé do S Francisco), Piauí (Lagarto), Poção Ribeira (Itabaiana) e Jabiberi (Tobias Barreto), além de prevê a aquisição de novos equipamentos que irão auxiliar nos trabalhos de perfuração de poços e infra-estrutura da Empresa, onde serão usados os R$ 4,5 milhões restantes.
O **PROINVEST** veio para beneficiar o trabalhador sergipano, a indústria, o comercio, a agricultura e a irrigação de Sergipe. Essas duas últimas ações são fundamentais para combater a seca e amenizar o sofrimento da população, auxiliando no abastecimento humano e dessedentação animal.

As intervenções de infra estrutura estão sendo licitadas pela **SEAGRI** e executados pela **COHIDRO** nos Perímetros Irrigados acima citados, é bom salientar que algumas demandas começaram a ser licitadas pela **COHIDRO** em 2014 e complementadas em 2015 com recursos do Governo do Estado, provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - **PROINVEST** na ordem de R$ **5.485.526,69.**

CONCLUSÃO

Os programas foram implantados de forma integrada pelos níveis organizativos da **COHIDRO**, compreendendo a Sede Central em Aracaju e os 06 (seis) Perímetros Irrigados no interior do Estado e a perfuração e manutenção dos poços tubulares profundos, contando com a importante parceria de instituições estaduais, federais, prefeituras municipais, conselhos municipais, organizações de produtores rurais (assentamentos) e agentes financeiros, entre outros.
Registrar-se que, em sua totalidade 95% das ações de prestação de serviços foram direcionadas para os pequenos produtores rurais, visando o fortalecimento da agricultura irrigada e produção de alimentos em todo Estado de Sergipe, **a CUSTO “ZERO” para as comunidades beneficiadas, já que os pequenos produtores não possuem recursos financeiros para recorrerem à iniciativa privada.**. Ressaltamos que nenhum produtor ou irrigante contribui com pagamento da **utilização da terra e manutenção do sistema de irrigação**, a empresa vem assumindo esta onerosa despesa em seu custeio, principalmente com o **consumo de energia** que no **ano 2015 apresentou um custo acima de R$ 6.324.000,00**.
Além da execução das ações, principal instrumento de programação que baliza toda a ação da instituição, a **COHIDRO** dispõe ainda de outros instrumentos de trabalho que integram e complementam o seu planejamento. Nestes instrumentos está direcionadas o planejamento estratégico, diretrizes, objetivos e metas determinadas pelo Governador do Estado **JACKSON BARRETO DE LIMA** e o apoio decisivo do Secretário de Estado da Agricultura **ESMERALDO LEAL DOS SANTOS,** para a plena execução dos programas, projetos e atividades no exercício 2015.
É uma satisfação constatar que a **COHIDRO** atua tão diretamente na economia do nosso Estado e contribui para a fixação do homem no campo. Temos a certeza de estarmos trilhando o caminho correto, contribuindo para reduzir desigualdades e fortalecer a agricultura familiar. Esperamos dar prosseguimento a essa missão em 2016, reforçando a atuação da Empresa.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2015.

MADOQUEU BODANI DA SILVA
Diretor Presidente / COHIDRO

DEMONSTRAÇOES CONTABEIS EXERCICIO 2015
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2015.

A T I V O	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE	**5.333.127,86**	**3.979.577,87**
Fundo Rotativo e Bancos c/Movimento	13.768,28	4.687,91
Aplicações de Liquidez Imediata		----------
Estoques	1.120.673,33	779.141,52
Impostos a Recuperar	1.001.149,22	1.001.143,37
Contas a Receber	3.197.537,03	2.194.605,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**30.384.799,27**	**18.300.954,61**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**533.109,19**	**9.453.838,33**
Empréstimo Compulsório	372.056,96	342.888,44
Créditos a Receber	161.052,23	9.110.949,89
INVESTIMENTOS	**36.848,27**	**36.848,27**
Ações de Outras Empresas	36.848,27	36.848,27
IMOBILIZADO	**29.814.841,81**	**8.810.268,01**
Imobilizações	31.950.659,04	10.278.267,42
(-) Depreciações	- 2.135.817,23	-1.467.999,41
TOTAL DO ATIVO	**35.717.927,13**	**22.280.532,48**

P A S S I V O	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE	**11.307.220,96**	**8.612.423,99**
Fornecedores	2.145.026,51	302.846,65
Obrigações a Pagar	4.212.181,70	2.955.255,12
Outros Débitos a Pagar	132.979,52	205.631,86
Credores Por Convênio	553.329,62	1.509.705,62
Provisões Diversas	3.879.372,08	3.327.760,13
Obrigações C/Processo Judiciais	384.331,53	311.224,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2.929.115,27**	**11.365.443,92**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**2.929.115,27**	**11.365.443,92**
Financiamento Bancário	16.707.998,42	11.365.443,92
Caução de Bônus STN	- 13.778.883,15	----------
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21.481.590,90**	**2.302.664,57**
Capital Social	96.690.083,20	96.690.083,20
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16.865.814,61	----------
Crédito p/Aumento de Capital	5.286.922,94	8.724.342,65
Doações	3.082.922,38	3.082.922,38
Prejuízos Acumulados	- 93.772.671,62	-102.498.149,37
Prejuízo n/Exercício	- 6.671.480,61	-3.696.534,29
TOTAL DO PASSIVO	**35.717.927,13**	**22.280.532,48**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis
Aracaju/SE, 31 dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUIZOS ACUMULADOS

DESCRIÇÃO	VALOR EM R$
Saldo do Exercicio Anterior	**- 106.194.683,66**
1. Ajustes de Exercicio Anterior	**12.422.012,04**
(-) 1.1 – Despesas Referente ao Exercício 2015	----
2. Prejuízo do Exercício	**- 6.671.480,61**
3 . Saldo Atual	**- 100.444.152,23**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO COMPARATIVO

EXERCICIOS FINDOS EM:	EM 31/12/2015	EM 31/12/2014
01 – Receita Operacional Bruta	**8.500,00**	**601.330,48**
Receitas de Serviços	8.500,00	601.330,48
(-) Deduções da Receita	**476,00**	**84.737,03**
Pis/Pasep	85,00	9.849,40
Cofins	391,00	45.371,11
ISS Faturamento	----	29.516,52
02 – Receita Operacional Liquida (1-2)	**8.024,00**	**516.593,45**
03 – Custos dos Serviços Prestados	**- 33.380.200,87**	**-33.169.343,88**
Custo dos Serviços Prestados	- 33.057.954,37	-33.022.011,01
Depreciação	- 322.246,50	-147.332,87
04 – Lucro Bruto (2-3)	**- 33.372.176,87**	**-32.652.750,43**
05 – Repasse do Orçamento Estadual	**50.457.652,40**	**43.838.622,56**
06 – Despesas/Receitas Operacionais	**-23.756.956,14**	**-15.090.726,41**
Administrativas	- 17.935.021,08	-15.413.627,05
Despesas Financeiras	- 7.746.209,82	-2.790.859,66
Receitas Financeiras	1.856.682,09	2.938.537,97
Outras Receitas	111.463,82	215.287,65
Depreciações e Amortizações	- 43.871,15	-40.065,32
07 – Resultado Operacional (4+5-6)		**-3.904.854,28**
08 – Outros Resultados n/ Operacionais	**----**	**208.319,99**
Receitas não Operacionais	----	292.460,00
(-)Despesas não Operacionais	----	-84.140,01
09 – PREJUIZO LIQUIDO (5-6)	**- 6.671.480,61**	**-3.696.534,29**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA COMPARATIVO EXERCICIOS 2014 E 2015.

MÉTODO INDIRETO		
DESCRIÇÃO	**2015**	**2014**
Atividades Operacionais		
Prejuízo Liquido do Exercício	- 6.671.480,61	-3.696.534,29
Aumento do Estoque	- 341.531,81	-15.741,77
Depreciação	+ 366.117,65	+187.398,19
Valores a Receber	+ 1.002.937,81	-1.295.120,27
Contas a Pagar	- 273.094,69	-763.142,28
Aumento/Diminuição de Fornecedores	- 1.842.179,86	-84.552,88
Caixa Liquido – Atividades Operacionais	**- 9.765.107,13**	**-5.667.693,30**
Atividades de Investimento		
Recebimento de Venda do Imobilizado	----	+292.460,00
Aquisição para Ativo Imobilizado	+ 17.161.376,23	+139.312,37
Recebimento de Dividendos	----	--------
Resultado na Alienação do Imobilizado	----	--------
Caixa Liquido – Atividades de Investimento	**+ 17.161.376,23**	**+431.772,37**
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	----	--------
Emp. Compulsório	+ 29.168,52	+19.465,39
Credito para Aumento de Capital Social	+ 3.437.419,71	+2.234.701,25
Doação	+ 3.082.922,38	+1.890.294,38
Ajuste Patrimonial	- 16.865.814,61	--------
Empréstimo e Financiamentos	+ 2.929.115,27	+1.090.921,98
Caixa Liquido – Atividades de Financiamento	**- 7.387.188,73**	**+5.235.383,00**
Aumento Liquido nas Disponibilidades	**+ 9.080,37**	**-537,93**
Saldo de Caixa/Bancos no Inicio do Período	4.687,91	5.225,84
Saldo de Caixa/Bancos no Final do Período	13.768,28	4.687,91

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMOSTRAÇÃO DAS MUTAÇOES DO PATRIMONIO LIQUIDO ENCERRADAS EM 31/12/ 2015

ELEMENTOS COMPONENTES	CAPITAL REALIZADO	AJUSTE PATRIMONIAL	CREDITO P/ AUMENTO DE CAPITAL	DOAÇOES	P R E - J U I Z O ACUM.	VALOR TOTAL
SALDO EM 31/12/2014	R$ 96.690.083,20	___	R$ 8.724.342,65	R$ 3.082.922,38	R$ (106.194.683,66)	R$ 2.302.664,57
Aumento de Capital	___	___	___	___	___	___
Ajuste de Avaliação Patrimonial	___	R$ 16.865.814,61	R$ 5.286.922,94	___	R$ 12.422.012,04	R$ 34.574.749,59
Doaçoes	___	___	___	___	___	___
Credito para Aumento de Capital	___	___	R$ (8.724.342,65)		___	R$ (8.724.342,65)
Prejuízo do Exercício	___	___	___	___	R$ (6.671.480,61)	R$ (6.671.480,61)
SALDO EM 31.12.2015	**R$ 96.690.083,20**	**R$ 16.865.814,61**	**R$ 5.286.922,94**	**R$ 3.082.922,38**	**R$ (100.444.152,23)**	**R$ 21.481.590,90**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2015

NOTA 01 – CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

A COHIDRO é uma Sociedade de Economia mista Estadual, constituída nos termos da Lei estadual nº 2.410 de 14 de março de 1983 e do Decreto nº 5.718 de 13 de abril de 1983.

NOTA 02 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COHIDRO tem como objetivo social o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos na irrigação, abastecimento d'água, saneamento básico para comunidades rurais, bem como promover estudos e pesquisas na área de recursos hídricos, prestação de serviços mecanizados do Estado de Sergipe.

NOTA 03 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2015foram apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e Lei 11.941 de 27/05/2009.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas observando os dispositivos estabelecidos pela Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e Lei 11.941 de 27/05/2009.

b) Os estoques estão sendo representados por materiais de consumo e são avaliados pelo custo médio de aquisição.

c) Os empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e consumo de combustíveis (gasolina e álcool carburante), estão sendo atualizados monetariamente com base no coeficiente divulgado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

d) Os investimentos estão registrados ao custo ocorrido ajustado ao valor de mercado. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas fiscais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens e foram absorvidas no Resultado do Exercício.

NOTA 05 – OBRIGAÇÕES COM PROCESSOS JUDICIAS

a) O valor de R$ 384.331,53 (trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e cinqüenta e três centavos), refere-se a processos em fase de conclusão somente aguardando decisão judicial para devida regularização.

NOTA 06 – FINANCIAMENTO BANCARIO

O valor de R$ 16.707.998,42 (dezesseis milhões setecentos e sete mil novecentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos) refere-se a contrato de confissão e consolidação de divida celebrada entre a União, a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e irrigação de Sergipe – COHIDRO e o Governo do Estado de Sergipe com a interveniência do Banco do Brasil S.A e do Banco do Estado de Sergipe S.A conforme contrato nº 71 registro no cartório do 10º oficio Aracaju.

NOTA 07 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

O valor de R$ 5.286.922,94 (cinco milhões duzentos e oitenta e seis mil novecentos e vinte dois reias e noventa e quatro centavos), refere-se a repasse do Governo do Estado.

NOTA 08 – DOAÇÕES

O valor de R$ 3.082.922,38 (três milhões e oitenta e dois mil novecentos e vinte dois reais e trinta e oito centavos), refere-se à incorporação de veículos ao patrimônio da empresa, contrato de repasse nº 239417-70/2007/MDA/CAIXA do convênio COHIDRO/PRONAT, que quando da extinção deste contrato serão de propriedade do contratado.

NOTA 09 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O valor contábil do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R$ 16.865.814,61 (Dezesseis milhões oitocentos e sessenta e cinco mil e sessenta e um centavos) refere-se ao aumento do ativo imobilizado resultado da avaliação dos bens em relação ao seu valor justo do imóvel CEASA terá como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada " Ajustes de Avaliação Patrimonial" nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, mediante uso de subconta específica.

NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL

O capital Social da Empresa, no montante de R$ 96.690.083,20 (noventa e seis milhões, seiscentos e noventa mil, oitenta e três reais e vinte centavos), está dividido em Ações Ordinárias e Preferenciais.

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE – COHIDRO,REALIZADA DIA18 DE ABRIL DE 2016.

Aos 18dias do mês de abrildo ano de 2016 (dois mil e dezesseis),às9 horas,na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira da COHIDRO,situada Rua "T" nº103 - Conjunto Lourival Batista, nesta Capital,realizou-seà72ª (septuagésima segunda) Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da COHIDRO com a presença dos Conselheiros:**GimleCajueiro de Holanda,Silvio MucioFarias e José Milton Bispo de Meneses, Diretor Administrativo e Financeiro Aristóteles Fernandes da Silva , Contador Lucas Cardoso Santos.** Constava na pauta da convocação os seguintesitens: a) Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2015;O Conselho Fiscal após analisar as demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Associados S/S, constatou uma situação Patrimonial considerável uma vez que, os bens reavaliados melhora consideravelmente o Patrimonio da COHIDRO. **PARECER DO CONSELHO FISCAL DO BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015:**

Conforme Parecer da Auditoria Barreto Auditores Associados S/S, o Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO. Cumprindo a legislação vigente, examinou as Demonstrações Contábeis compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Lucros e ou Prejuízos acumulados, Demonstração das Mutações do Património Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Auditória Independente, relativo ao exercício de 2015. O Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Empresa,

Pelo que é de parecer favorável a sua aprovação. E eu TÂNIA MARIA CAMPOS_____, Secretária Conselho Fiscal, transcrevi apresente Ata que será assinada pelos Conselheiros presentes. Aracaju, 18 de abrilde 2016.

BARRETO AUDITORES ASSOCIADOS S/C
AUDITORIA - CONTABILIDADE - PERÍCIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS SENHORES ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE – COHIDRO
NESTA

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE – COHIDRO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos prejuízos acumulados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE – COHIDRO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do audi-

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

tor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles interno da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE – COHIDRO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Existem demandas judiciais de natureza cíveis e trabalhistas que precisam de atenção especial e critérios no sentido de que seus registros contábeis sejam efetivados em tempo hábil com objetivo de refletirem na sua realidade patrimonial, e que, no momento da publicação de suas demonstrações contábeis possam expressar a real situação económica e financeira da entidade.

Obrigações fiscais e acessórias
A COHIDRO vem recolhendo seus tributos e transmitindo regularmente as obrigações fiscais e acessórias, de acordo com a sua condição e opção tributária, obedencendo a legislação societária, Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07.

Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por nós, o qual emitimos relatório sem ressalvas datado em 20 de abril de 2015.

Aracaju, 8 de abril de 2016

.

BARRETO AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC-SE 141 – CVM 8694

RENATO DA SILVA BARRETO
CONTADOR CRC-SE 830
CNAI 101
RESPONSAVEL TÉCNICO

Cehop

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2015

A **CEHOP** - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas é uma **Sociedade de Economia Mista**, criada através da Resolução n.º 21, de 27/07/1965, do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CONDESE, de acordo com o art. 26 da Lei 1.277, de 08/06/1964, com a denominação COHAB - Companhia de Habitação Popular de Sergipe. Em 09/04/1991, passou a denominar-se CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas, por força da Lei 2.960. Em 26/08/2004, através da Lei 5.413, foi transformada em Autarquia Especial, com a denominação DEHOP - Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas. Através da Lei 6.334, de 02/01/2008, foi revogada a lei anterior, que transformou a Empresa em Autarquia e iniciou o processo de extinção do DEHOP.
Tem como missão, **"Executar a política habitacional do Governo do Estado, promovendo soluções adequadas de habitação para a população de média e baixa renda. Elaborar projetos e administrar obras de engenharia, visando atender as necessidades da administração pública"**. Ademais, tem como visão **"Ser referência de eficiência e eficácia na administração e/ou fiscalização de contratos para produção de habitações e obras públicas".** Tem como atividades básicas, a elaboração e/ou acompanhamento de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia e a administração de Obras Públicas, tais como as obras de conservação e manutenção do Patrimônio e Acervo Públicos.
No exercício de **2015**, as atividades da Companhia foram desenvolvidas a partir dos programas e ações estabelecidos na Lei Orçamentária Anual - 2015, para cada Órgão da Administração Pública Estadual que, através de Termos de Cooperação Técnica com a CEHOP, foi possível executar e dar andamento a política de obras públicas do Governo do Estado.
Em geral, a participação da **CEHOP** tem como objetivo a realização de licitações, fiscalização e gerenciamento de contratos para execução de projetos e/ou obras de construção, ampliação e reforma de edificações públicas e de unidades habitacionais, enquanto os Órgãos Cooperados realizam a execução orçamentária e financeira, demonstrando e avaliando, através de indicadores, os resultados alcançados dos seus programas e ações previstos no planejamento e orçamento anual e plurianual. Para consecução do seu objetivo a Companhia contou com o apoio e confiança de diversos Órgãos Públicos Estaduais. Em **2015**, num total de **17** Termos de Cooperação Técnica, destacam-se os acordos de parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte e Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em andamento, encontram-se **85** Termos de Cooperação Técnica com os seguintes cooperados: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte, Procuradoria Geral do Estado, Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe, como também, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe, Órgão Federal. Ao todo, foram administrados **102 Termos de Cooperação Técnica,** perfazendo um total de **R$ 255.012.100,93** (duzentos e cinquenta e quatro milhões, doze mil, cem reais e noventa e três centavos). Destes, foram concluídos **48 Termos**, no valor de **R$ 70.307.556,54** (setenta milhões, trezentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais cinquenta e quatro centavos) e 5**4 Termos** encontram-se em andamento, no valor de **R$ 183.704.544,39** (cento e oitenta e três milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos). (**Anexo I**).

Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF :

Para manutenção das atividades administrativas da CEHOP foram, inicialmente, previstos recursos no valor de **R$ 73.816.000,00** (setenta e três milhões, oitocentos e dezesseis mil reais)**,** conforme estabelecidos na Lei Orçamentária Anua LOA/2015 – Coordenação e Manutenção Geral.
No decorrer do exercício foram necessários recursos adicionais no valor de **R$ 1.167.680,86** (um milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos), totalizando **R$ 74.983.680,86** (setenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos). Deste montante, **R$ 28.650.000,00** (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) para Pagamento de Pessoal e Encargos**, R$ 5.309.980,86** (cinco milhões, trezentos e nove mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos) para Despesas com Custeio e **R$ 41.023.700,00** (quarenta e um milhões, vinte e três mil e setecentos reais) para Pagamento da Dívida Imobiliária. (**Anexo II**).

Comissão Permanente de Licitação - CPL :

Destacamos a realização de **15** P**rocessos Licitatórios** destinados à execução de projetos, obras e serviços de engenharia, com custo total de **R$ 31.019.355,89** (trinta e um milhões, dezenove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta **e** nove centavos)**,** nas seguintes modalidades: **03 Cartas Convites,** no valor de **R$ 136.857,27** (cento e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos)**, 08 Tomadas de Preços,** no valor de **R$ 5.025.250,44** (cinco milhões, vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos) e **04 Concorrências,** no valor de **R$ 25.857.248,18** (vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos). (**Anexo III**).

Diretoria Técnica – DITEC:

Foram fiscalizadas **16 Obras Públicas**, realizadas em parceria com Órgãos do Governo, no valor de **R$ 71.808.427,12** (setenta e um milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos). Encontram-se em andamento **42 Obras**, totalizando o montante de **R$ 231.580.789,48** (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos).(**Anexo IV**).

Diretoria de Operações e Serviços - DIROPS:

Neste ano, para atendimento aos diversos Órgãos Públicos, foram contratados **02** novos projetos, à empresas de arquitetura e engenharia, com o gerenciamento e orientação técnica da CEHOP, no valor de **R$ 379.806,80** (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e seis reais e oitenta centavos)**,** ainda em elaboração e pagos **R$ 69.985,29** (sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos). De anos anteriores, foram concluídos **13 Contratos** no valor de **R$ 283.426,73** (duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos) e estão em andamento **06** C**ontratos** de projetos/serviços de engenharia (topografia), tendo sido pagos **R$ 1.143.086,65** (um milhão, cento e quarenta e três mil, oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos). Assim, em **2015**, foi investido em projetos e/ou serviços de engenharia, o montante de **R$1.496.498,67** (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos).
Foram elaborados pela equipe técnica da CEHOP, **89 Laudos** de avaliação e **59** de vistoria, para fins de desapropriação e locação de imóveis. Foram executados **19 Levantamentos Cadastrais** de edificações, **39 Projetos** de arquitetura**, 61 Orçamentos de Obras** e **15 Termos de Referência** para a contratação de projetos ou estudos arqueológicos e/ou ambientais.
Para o exercício de **2016**, há previsão de **10 Contratos** de projetos e estudos arqueológicos e ambientais**,** no valor estimado em **R$ 2.973.757,90** (dois milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos). (**Anexo V**).

Conscientes da união de todos para a concretização das metas estabelecidas pelo Governo do Estado de Sergipe, no que tange às Obras Públicas, agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pelo apoio incondicional dado à nossa Empresa**,** ao Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano, aos Acionistas e Conselheiros que, juntamente com nossos empregados e colaboradores, viabilizaram as ações estabelecidas pelo Governo de Sergipe, em prol da comunidade.

Aracaju,18 de novembro de 2015.

Diretoria Executiva da CEHOP

Quadro VI

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP é uma sociedade de economia mista criada pela RC nº 24/65 do CONDESE de acordo com o art. 26 da Lei 1.277 de 08 de junho de 1964 e alterações posteriores. A sociedade tem por objetivos principais a elaboração de projetos, a produção e comercialização de unidades habitacionais, lotes urbanizados, equipamentos comunitários, obras públicas e outros de interesse social.

2 -APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas técnicas de contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade, os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos, as recomendações da CVM – Comissão de Valores Mobiliários e os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e as modificações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009.

As contas patrimoniais estão apresentadas no Ativo nos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, este último contendo os subgrupos de Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado. No Passivo, estão apresentados os grupos de Passivo Circulante e Não Circulante.

O Patrimônio Líquido está apresentado pelas contas de Capital Social, Reservas de Incentivos Fiscais, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Prejuízos Acumulados, incorporando nesse último os saldos das contas de Lucros e ou Prejuízos Acumulados.

As contas de resultados estão apresentadas no grupo das receitas, basicamente pelas contas de Receitas Operacionais Diversas, Transferências e Repasses Financeiros, enquanto o grupo das despesas está subdivido basicamente em Despesas Administrativas e Financeiras.

3 -PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE e consoante as seguintes diretrizes contábeis

a) Efeitos Inflacionários

Os efeitos inflacionários estão reconhecidos no resultado do exercício, através da atualização monetária dos demais ativos e passivos sujeitos a indexação.

b) Aplicações Financeiras

São registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores ao custo de reposição.

d) Princípio do Denominador Comum Monetário

A Companhia, por não está obrigada, deixou de elaborar as demonstrações contábeis complementares de acordo com o Princípio do Denominador Comum Monetário. Consequentemente, os montantes divulgados não apresentam os efeitos inflacionários de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam a elaboração de demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante.

e) Imobilizado
É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

depreciação calculada sobre o valor corrigido, pelo método linear, à taxa que levam em consideração a vida útil dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

4- IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação	2015	2014
Edificações em Geral	4	4.791.190	4.791.190
Terrenos	-	1.463.582	1.763,582
Outros Bens Imóveis	4	1.766.000	
		1.766.000	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10		3.970
Aparelhos e Equip.de Comunicação	10		
		870	
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	2.500	2.500
Equip. De Proteção e Segurança	10		4.740
Máquinas Utens.e Equip.Diversos	10		95.622
Equip.P/Áudio, Vídeo e Foto	10	2.198	2.198
Equip.de Processamento de Dados	20	982.358	1.171.695
Maq.Instal.e Utens.de Escritório	10		3.565.709
Veículos	20	1.602.716	806.716
Material de uso Duradouro	10		11.810
Embarcações	20		796.000
Outros Bens Móveis	10	256.176	254.776
Mobiliário em Geral	10		29.704
Maq.Ap.,Equip. E Ferramentas	10		144.231
Móveis e Utensílios	10		3.179.119
	10	46.073	46.073
		14.236.143	15.113.155
(-) Depreciação acumulada		(8.978.314)	(9.195.797)
		5.257.829	**5.917.358**

A depreciação contabilizada no exercício montou R$ 403.786, apropriadas diretamente no Resultado Diminutivo do Exercício.

5- OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS EM CONTRATO

Os empréstimos compreendem operações de crédito entre a CEHOP e a Caixa Econômica Federal para aplicação em habitação popular e obras públicas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015, era de R$ 68.488.331, sendo R$ 19.567.838 lançado em Empréstimos Internos no Curto Prazo e R$ 48.920.493, no Longo Prazo.

6- PREJUÍZOS ACUMULADOS

A Companhia apresenta um Prejuízo Acumulado de R$ 338.058.989.

7 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R$ 409.979.934 representado por 409.979.934 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada.

8- AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se, basicamente, aos lançamentos de regularização dos processos trabalhistas.

9 - PROCESSOS TRABALHISTAS

Durante o exercício de 2015 a Companhia deu continuidade aos ajustes e baixas contábeis, para regularização dos pagamentos.

11- CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
À
Diretoria e Conselho Fiscal da
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP
Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Base para emissão do relatório com ressalvas
A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda.
O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.
O contas a receber vencido com mutuários da companhia (créditos realizáveis a longo prazo) em 2015 soma o valor de R$ 170,148 milhões, desse valor, existe um montante de saldo devedor e não recebido que soma R$ 55,944 milhões referente ao empreendimento denominado Mar Azul, que não está informado nos relatórios auxiliares da companhia. Nenhum valor foi provisionado para perdas. O valor vencido e não recebido tem a garantia do próprio imóvel financiado, mas em muitos casos a dívida supera o valor de venda do imóvel. Uma análise aprofundada deve ser efetuada no exercício de 2016, para se apurar um valor adequado para a constituição de provisão para perdas.
Opinião com ressalvas
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos nos assuntos descritos no parágrafo **Base para emissão do relatório com ressalvas,** as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP,** em 31 de dezembro de 2015 o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis adotadas no Brasil.
Ênfase
Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para os sucessivos prejuízos que a companhia vem apresentando nos últimos anos. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Tal condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.
Campinas, 04 de abril de 2016
CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE
CRC 2SP 023880/O-7

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 S "SE"
Sócio Responsável

COMPANHIA ESTADUALDE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CNPJ 13.006.572/0001-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em dezenove de abril de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na sede da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP, situada na Avenida Adélia Franco, 3035 – D.I.A, Aracaju, realizou-se a reunião do Conselho Fiscal da Companhia para examinar o Relatório anual da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria Administrativa e Financeira da Companhia e do Parecer elaborado pela empresa Control Auditoria e Contabilidade S/S, emitido com ressalvas e ênfase, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, com base no parecer dos Auditores Independentes emitido pela empresa Control Auditoria e Contabilidade S/S, emitido com ressalvas e ênfase, datado de 04 de abril de 2016.
2. Em nossa analise, as Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração analisadas por este conselho, e a vista do parecer com ressalvas e ênfase dos Auditores Independentes, apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro findo naquela data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis. Assim, opinamos pela aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

Aracaju, 19 de abril de 2016

Sebastião Dantas dos Santos
Membro

Viviane de Almeida Souza Rabelo
Membro

Maria Lúcia Feitosa Melo
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

CAETANO DE ALMEIDA QUARANTA FILHO
Diretor Presidente

PATRÍCIA MARIA DA FONSECA PORTO
Diretora Administrativa e Financeira

HOWARD ALVES D LIMA
Diretor Técnico

ALTINA SANDRA MEDEIROS DE BRITO GARCEZ
Diretora de Operações e Serviços

MARIA VIRGINIA SILVA
Contadora – CRC/SE 2.221

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Quadro I

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICA – CEHOP

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	**6.638.502**	**11.860.451**	**CIRCULANTE**	**35.142.390**	**16.511.349**
Caixa e Equivalente a Caixa	372.253	331.036	Depósitos	_	1.019.742
Credito em Circulação	_	10.591.095	Obrigações em Circulação	_	15.491.607
Créditos a Curto Prazo	148.406	_	Obrig Trab Prev e Assist a Pagar C/P	7.463.593	_
Demais Créditos e Val a C/P	5.201.560	_	Empréstimos e Financ a C/P	19.567.838	_
Estoques	901.987	926.546	Fornecedores e Contas a Pagar C/P	1.313.416	_
VPD Pagas Antecipadamente	14.296	11.774	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	400.919	_
			Provisões a Curto Prazo	2.543.492	_
			Demais Obrigações a Curto Prazo	3.853.132	_
NÃO CIRCULANTE	**197.462.156**	**196.304.335**	**NÃO CIRCULANTE**	**53.172.119**	**102.482.577**
Realizável a Longo Prazo	**192.232.926**	**190.385.576**	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	_	102.482.577
Créditos a Longo Prazo	170.148.196	175.171.620	Obrig Trab Prev e Assist a Pagar L/P	2.353.873	_
Demais Créditos e Val a C/P	6.842.100	5.916.282	Empréstimos e Financ a L/P	48.920.493	_
Investimentos Temp a L/P	15.242.630	9.297.674	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	1.897.753	_
Investimentos	**1401**	**1.401**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**115.786.149**	**89.170.860**

Quadro II

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – CEHOP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

	2015	2014
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**71.447.459**	**81.262.885**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA E SERVIÇOS	_	826.535
OUTRAS RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**71.447.459**	**80.436.350**
Transferências Financeiras Recebidas	22.320.714	32.757.157
Repasse Financeiro Recebido	43.516.489	33.897.444
Receitas Operacionais Diversas	3.711.009	13.781.749
Variações Monetárias Câmbiais	1.899.247	_
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
DESPESAS OPERACIONAL LÍQUIDA	**48.467.552**	**44.330.400**
DESPESAS DE VENDAS	_	**157.631**
Propaganda e Publicidade	_	157.631
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**35.221.831**	**26.961.712**
Pessoal e Encargos	31.038.147	21.242.363
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	169.044	_
Ocupação	_	420.327
Uso de Bens, Serviços e Consumo	3.899.418	146.223
Tributárias	115.222	423.244
Despesas Gerais	_	4.729.555
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	**6.986.878**	**4.954.895**
Receita e Despesa Financeira	5.339.697	4.440.609
Variações Monetárias de Obrigações e Créditos	1.647.181	514.286
DESPESAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**6.258.843**	**12.256.162**
LUCRO BRUTO	**22.979.907**	**36.932.485**
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	1.297.074	(12.522.429)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL E PARTICIPAÇÕES	**24.276.981**	**24.410.056**
Transferência p/Reserva de Incentivos Fiscais	33.072.486	33.897.444
LUCRO OU (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(8.795.505)**	**(9.487.388)**
PREJUÍZO POR AÇÃO	**(0,02145)**	**(0,02523)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OBS.: Valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE.

Quadro III

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – CEHOP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

	Capital Subscrito	Reservas	Reservas de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**338.998.391**	**41.007.136**	**6.869.681**	**(328.269.752)**	**58.605.456**
Resultado do exercício	-	-	_	24.410.056	24.410.056
Integralização de Capital Social	37.084.099	(37.084.099)	_	-	-
Reservas de Reavaliação	_	6.869.681	(6.869.681)	_	_
Crédito para Futuro Aumento de Capital	-	33.897.444	_	(33.897.444)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	_	_	_	(1.707.385)	(1.707.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**376.082.490**	**44.690.162**	**_**	**(331.601.792)**	**89.170.860**
Resultado do exercício	_	_		24.276.981	24.276.981
Integralização de Capital Social	33.897.444	(33.897.444)	_	_	_
Crédito para Futuro Aumento de Capital	_	33.072.486		(33.072.486)	_
Ajustes de Exercícios Anteriores	_	_		2.338.308	2.338.308
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**409.979.934**	**43.865.204**	**_**	**(338.058.989)**	**115.786.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OBS.: Valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE.

Quadro IV

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – CEHOP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes no Lucro Líquido		
Resultado do Exercício	24.276.981	24.410.056
Depreciação e Amortização	(217.482)	420.328
Ajuste de Exercícios Anteriores	2.338.308	6.155.348
Resultado na Alienação de Imobilizado	951.538	_
Lucro Líquido Ajustado	**27.349.345**	**30.985.732**
Variação de Ativos e Passivos:		
Redução (Aumento) Créditos em Circulação	_	(3.723.944)
Redução (Aumento) Créditos a Curto Prazo	723.266	_
Redução (Aumento) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.517.865	_
Redução (Aumento) Estoques	24.558	847.915
Redução (Aumento) Valores Pendentes a Curto Prazo	_	(3.022)
Redução (Aumento) Variações Patrimoniais Diminutivas	(2.523)	_
Redução (Aumento) Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	_	(384.479)
Redução (Aumento) Créditos a Longo Prazo	(1.381.685)	4.409.294
Redução (Aumento) Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(465.665)	_
Redução (Aumento) Terrenos	_	4.104.742
Redução (Aumento) Depósitos	_	384.384
Redução (Aumento) Obrigações em Circulação	_	(5.055.177)
Redução (Aumento) Obrigações Trab, Previdenc e Assist.a Pagar a C/P	3.072.987	_
Redução (Aumento) Empréstimos Internos a Pagar	19.567.838	_
Redução (Aumento) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazzo	(250.263)	_
Redução (Aumento) Obrigações Fiscais a Curto Prazo	64.303	_
Redução (Aumento) Provisões a Curto Prazo	(3.364.293)	_
Redução (Aumento) Demias Obrigações a Curto Prazo a Curto Prazo	(459.531)	_
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**49.396.202**	**31.565.445**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de Imobilizado	(44.527)	(174.685)
Recebimento de Vendas de Imobilizado		20.000
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(44.527)**	**(154.685)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Obrigações Trab, Previdenc e Assist.a Pagar a Longo Prazo	(49.310.458)	(31.554.579)
Caixa líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**(49.310.458)**	**(31.554.579)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	**41.217**	**(143.819)**
Caixa e Equivalente Caixa no início do Exercício	331.036	474.855
Caixa e Equivalente Caixa no Final do Exercício	372.253	331.036
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	**41.217**	**(143.819)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OBS.: Valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE.

Quadro V

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICA – CEHOP

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais, excluídos os centavos)

Geração de Riqueza

Apuração do Valor Adicionado:	31/12/2015	31/12/2014
1) Receitas	71.917.006	81.262.885
2) Insumos Adquiridos de Terceiros	10.922.703	23.709.732
3) Valor Adicionado Bruto (1 – 2)	**60.994.303**	**57.553.153**
4) Depreciações e Amortizações	404.056	420.328
5) Valor Adicionado Líquido (3 – 4)	**60.590.247**	**57.132.825**
6) Valor Adicionado Recebido em Transferência (7 + 8)		
7) Receitas Financeiras		
8) Resultado de Equivalência Patrimonial		
9) Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**60.590.247**	**57.132.825**

Distribuição de Riqueza Gerada

Distribuição do valor adicionado:	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Pessoal e Encargos	31.038.147	51,22	21.242.363	37,18
Financiadores (Juros + Aluguéis)	5.159.897	8,52	4.954.895	8,67
Tributos e Contribuições	115.222	0,19	423.244	0,74
Dist. Lucros + Pró-labore + Juros s/Capital Próprio				-
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	24.276.981	40,07	30.512.323	53,41
Total Distribuído	**60.590.247**	**100,00**	**57.132.825**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OBS.: Valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE.

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

Detran

O Diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe – DETRAN/SE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei nº 5.785; de 22 de dezembro de 2005, Resolve:

PORTARIA Nº 44/2016, de 25/01/2016 - Art. 1º - Conceder renovação de credenciamento à empresa **A SANTANA EMPLACADORA DE VEÍCULOS LTDA – ME, CRED – 172, C.N.P.J. nº 04.258.920/0001-65,** localizada na Rua Fenelon Santos, nº 504, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, para prestar seus serviços como despachante junto a este Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SE.

PORTARIA Nº 222/2016, de 22/04/2016 - Art. 1º - Instituir Comissão para acompanhamento e avaliação da Prova de Conceito – POC, previsto no item 13.1.5.3, do Pregão Eletrônico nº 133/2016, visando atender às necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe – DETRAN/SE.

Art. 2º - Designar os Servidores abaixo mencionados para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão instituída na forma do artigo anterior, a qual deverá apresentar a conclusão dos trabalhos no prazo máximo 5 (cinco)dias úteis, após a realização da POC.

JORGE EDUARDO DOS SANTOS - Presidente
R.G.: 300.788 SSP/SE e C.P.F.: 120.303.925-53,
IVAN JORGE FELIPE DE OLIVEIRA - Membro,
R.G.: 890.072 SSP/SE e C.P.F.: 662.636.705-68
AGNALDO DE JESUS - Membro
R.G.: 612.305 SSP/SE e C.P.F.: 234.608.905-25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
EDGARD SIMEÃO DA MOTTA NETO,
Diretor-Presidente

Fundação Hospitalar de Saúde

REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informática, para execução de serviços especializados em prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informática, para execução de serviços especializados de analise e desenvolvimento de sistemas, administração de banco de dados, infra-estrutura e suporte a administração de redes com a implantação e reestruturação de serviço de gestão de tecnologia da informação para atender as necessidades da Fundação Hospitalar de Saúde de Sergipe suas unidades hospitalares dentro do território do estado de Sergipe.
ÍNICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 25/04/2016, a partir das 17h00m
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 06/05/2016, às 08h30m
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 06/05/2016, às 09h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 162/2016, de 11 de março de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone: (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 22 de abril de 2016.

Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **MEIOS PARA HEMOCULTURAS PARA O LABORATÓRIO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO (HUSE) E DA MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES (MNSL) EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO COM COMODATO**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 26/04/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 06/05/2016, às 08h30m
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 06/05/2016, às 09h00m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 212/2016, de 07 de Abril de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 22 de Abril de 2016.

SELMA MARIA MELO FREIRE
Pregoeira/FHS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2016

A **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE**, por meio de sua Pregoeira comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **REAGENTES PARA TESTES BIOQUÍMICOS PARA OS LABORATÓRIOS DO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO (HUSE) E DA MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES (MNSL) COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS (S) AUTOMATIZADO (S) POR COMODATO**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
ÍNICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 26/04/2016, a partir das 17h00min
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 06/05/2016, às 09h00m
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 06/05/2016, às 09h30m (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: Nº 226/2016, de 13 de Abril de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações na Sede da FHS no endereço: Rua Geru, s/nº, 15º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79)3198-0609/3198-0616 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 22 de Abril de 2016.

SELMA MARIA MELO FREIRE
Pregoeira/FHS

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2016
PROCESSO Nº 020.260.00208/2016-4
LOCAL: Rua Geru s/nº Edf. Estado de Sergipe, 15º andar– Centro, Aracaju/SE
DATA: 29/02/2016 - **HORÁRIO:** 09h30min - **TIPO:** Menor preço global por item.
OBJETO: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **MEDICAMENTOS DO SISTEMA CARDIOVASCULAR**, de acordo com as especificações, quantitativo e condições constantes do Edital e seus Anexos.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Regulamento Especial de Compras e Serviços da FHS, Lei Estadual nº 5.848, de 16/03/2006, Lei nº 6.640/2009, e as cláusulas e condições constantes no Edital.
EMPRESAS VENCEDORAS: ABM HOSPITALAR LTDA: Valor total de **R$251.300,90 (Duzentos e cinquenta e um mil, trezentos reais e noventa centavos)**, referente aos itens 20, 23, 26, 27, 31, 34, 36, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 49, 53, 54, 59, 60, 63 e 64; **BIOSIM HOSPITALAR LTDA:** Valor total de **R$299.425,50 (Duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)**, referente ao item 01; **COMERCIAL CIR. RIOCLARENSE LTDA:** Valor total de **R$2.910.393,68 (Dois milhões novecentos e dez mil trezentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos)**, referente aos itens 04, 05, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 17 e 18; **CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA:** Valor total de **R$743.757,30 (Setecentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos)**, referente aos itens 11 e 16; **DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO D' MEDICAMENTOS LTDA-EPP:** Valor total de **R$90.253,80 (Noventa mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)**, referente aos itens 03, 21, 22, 24, 25, 28, 30, 32, 48, 51 e 62; **FARMACE INDUSTRIA QUÍMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA:** Valor total de **R$101.871,00 (Cento e um mil, oitocentos e setenta e um reais),** referente ao item 09; **PB FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA:** Valor total de **R$246.732,75 (Duzentos e quarenta e seis mil setecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos),** referente aos itens 02 e 07. O Senhor Diretor Geral da Fundação Hospitalar de Saúde – FHS Homologa o resultado deste processo Licitatório, para que produza assim seus efeitos jurídicos e legais.
Publique-se.
Aracaju/SE, 23 de Abril de 2016.

HANS CRYSTIAN ANDERSON DE OLIVEIRA LOBO
DIRETOR GERAL

Fundação Hospitalar de Saúde

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

RESULTADO FINAL / RATIFICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016
PROCESSO Nº 020.260.00974/2016-0
INTERESSADO: MATEUS DANTAS FILHO
OBJETO: Locação de Imóvel no Município de ITABAIANINHA/SE para o funcionamento descentralizado do SAMU 192 Sergipe na cidade citada.
VALOR: R$ 2.455,00 (dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais) mensais perfazendo um valor total de R$ 29.460,00 (Vinte e nove mil e quatrocentos e sessenta reais) anual.
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e Capitulo 2º art 12 inciso V do Regulamento Especial de Compras da Fundação Hospitalar de Saúde.
PARECER: 221/2016 datado de 13 de abril de 2016
A Fundação Hospitalar de Saúde, através da Comissão de Licitação, instituída pela Portaria nº 402/2015, datada de 23 de outubro de 2015, apresenta justificativa pertinente a Dispensa de Licitação, para o objeto acima citado. Diante do exposto, encaminhamos a presente justificativa para ratificação pela Diretoria Geral da Fundação Hospitalar de Saúde.
Aracaju (SE), 22 de abril de 2016.

RATIFICO a presente Licitação para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Publique-se.

Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo
Diretor Geral da Fundação Hospitalar de Saúde

Fundação de Saúde Parreiras Horta

GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA – FSPH

AVISO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2016

A **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA - FSPH**, por meio de seu Pregoeiro comunica que realizará o Pregão Eletrônico, com orçamento oriundo do Contrato Estatal de Serviços, mediante as informações a seguir:
OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento parcelado de material de expediente, visando atender as necessidades da Fundação de Saúde Parreiras Horta, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
ÍNICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 25/04/2016, a partir das 17:00h.
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: 05/05/2016, às 09:00h.
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 05/05/2016, às 09h:30min (horário de Brasília) – no site www.licitacoes-e.com.br.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 5.848/06, Lei nº 6.640/09, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes.
PARECER JURÍDICO: nº 95/2016, de 20 de abril de 2016.
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão obter o Edital e todas as informações no Setor de Licitações, situado no endereço: Rua Geru, s/nº, 8º andar – Edifício Estado de Sergipe – Centro - Aracaju/SE, e, pelo telefone (79) 3243-8059 / 98853-6950 de segunda a sexta-feira e nos sítios: www.comprasnet.se.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Aracaju/SE, 22 de abril de 2016.

José Claudionor Silveira Filho
Pregoeiro/FSPH

GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA – FSPH
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2016
PROCESSO Nº 020.270-00665/2016-1
OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento parcelado de reagentes para realização de Hemoglobina S nas amostras de sangue dos doadores no Hemose pela Fundação de Saúde Parreiras Horta – FSPH, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Regulamento Especial de Compras e Serviços da FSPH, Lei Estadual nº 5.848, de 16/03/2006, Lei nº 6.640/2009, e as cláusulas e condições constantes no Edital.
EMPRESA VENCEDORA: RIOTECK COMERCIAL LTDA-ME
VALOR TOTAL: R$ 31.140,00 (trinta e um mil e cento e quarenta reais)
O Senhor Diretor Geral da FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA – FSPH, HOMOLOGA o resultado deste processo Licitatório, para que produza assim seus efeitos jurídicos e legais.
Publique-se.
Aracaju/SE, 22 de abril de 2016.

HANS CRYSTIAN ANDERSON DE OLIVEIRA LOBO
DIRETOR GERAL

GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA – FSPH
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2016
PROCESSO Nº 020.270-00645/2016-4
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual fornecimento parcelado de material médico hospitalar (luvas de procedimentos), visando atender as necessidades da Fundação de Saúde Parreiras Horta, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Regulamento Especial de Compras e Serviços da FSPH, Lei Estadual nº 5.848, de 16/03/2006, Lei nº 6.640/2009, e as cláusulas e condições constantes no Edital.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016
BIODIAG DIAGNÓSTICA E HOSPITALAR LTDA-EPP - VALOR TOTAL: R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais), referente ao item 02;
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016
EXEMPLARMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME - VALOR TOTAL: R$ 92.610,00 (noventa e dois mil e seiscentos e dez reais), referente aos itens 03 e 04;
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016
MEDLIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR LTDA-EPP - VALOR TOTAL: R$ 70.987,50 (setenta mil e novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao item 01.
Aracaju/SE, 14 de abril de 2016.

HANS CRYSTIAN ANDERSON DE OLIVEIRA LOBO
DIRETOR GERAL

Sergipe Previdência

SERGIPE PREVIDÊNCIA

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SERGIPEPREVIDÊNCIA, através de seu Diretor-Presidente baixou a seguinte Portaria, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na lei 5.852 de 20 de março de 2006 e tendo em vista a deliberação da Diretoria Executiva.

Portaria nº 1605/2016 RESOLVE: Conceder Beneficio de Pensão, VANUCIR OLIVEIRA SANTOS SANTANA EVANGELISTA, do (a) ex- segurado (a) MARCUS VINICIUS EVANGELISTA DA SILVA, conforme processo nº EX.04160.07/2009-RV2/2016.

Aracaju, 22 de abril de 2016

AU**GUSTO FÁBIO OLIVEIRA DOS SANTOS**
Diretor Presidente

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

DIVERSOS

DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2015, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alteações.

PERFIL DA EMPRESA

Somos uma Empresa de Economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado de Sergipe, promovendo a universalização desses serviços através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população. Nosso principal acionista é o governo do Estado que detém 99% do total das ações.

Nosso mercado preferencial é o Estado de Sergipe, onde operamos com abastecimento de água em 71(setenta e uma) sedes municipais, além de 563 povoados nas modalidades Residencial, Comercial, Industrial e Setor Público. Em 2015 atingimos o índice de cobertura de 88,63% para os municípios em que a DESO atua com serviços de Abastecimento de Água. Contamos com 6.581 km de Rede de Distribuição, que permite que a água captada através de adução, após tratada, atenda a demanda de 582.598 economias. Houve este ano um acréscimo de 6.815 economias em relação a 2014.

Foram investidos recursos da ordem de 92,000 milhões, oriundos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal.

Atuamos ainda, na Coleta e Tratamento do Esgotos Sanitários em 04 sedes municipais e Complexo Taiçoca(N.Sra do Socorro), contribuindo dessa forma, para melhoria da qualidade de vida da população.

A DESO em 2015, deu prosseguimento as Obras de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água, previstas no Programa do Governo do Estado "Oferta de Água e Saneamento Básico", beneficiando os municípios que compõem os Sistemas Integrados das cidades de Itabaianinha, Tomar do Geru, Umbaúba, Agreste de Itabaiana e Alto Sertão, além da Ampliação do Sistema Adutor do São Francisco – 3ª fase da 2ª etapa, através da duplicação da adutora, aumentando a produção de água de 1.775 para 2.763 l/s. Iniciaram-se também as Obras e Serviços de Implantação do Sistema Adutor do Poxim, com previsão de conclusão para 2017. O objetivo desta, é interligar a Barragem Poxim-Açu, em Operação desde 2013, à Estação de Tratamento do Poxim, com vazão estimada de 1.200 l/s. O empreendimento faz parte das obras e Serviços de "Proteção Ambiental e Otimização do Aproveitamento Hídrico da Bacia do Rio Poxim.

As ações relativas ao Esgotamento Sanitário, deu-se na continuidade das obras de Ampliação do Sistema de Aracaju e região Metropolitana em suas diversas etapas, assim como nas sedes municiais de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e no Povoado Saco e Estância. Além disso, foram iniciadas as obras de implantação dos Sistemas na cidade de Nossa Senhora das Dores e, mediante Convênio com a CODEVASF, nas sedes dos municípios de Itabí, Pacatuba e São Francisco.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

2015, foi um ano difícil para o país e para a DESO não foi diferente. Com muito trabalho, conseguimos realizar investimentos na ordem de R$ 92,000 MILHÕES. Do valor investido, 35% destinou-se a continuidade da Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água em diversos municípios do Estado e 65% aos projetos de Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em todo o Estado.

A origem dos recursos teve como fonte principal o PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, sendo o Governo do Estado, o responsável pela contrapartida exigida em diversos contratos de financiamento.

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. Meio Ambiente e Engenharia

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. Gestão Corporativa

Sílvio Múcio de Farias
Diretor de Operações

Wanderlê Dias Correia
Dir. Comercial Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	R$(1) 31/12/2015	R$(1) 31/12/2014
CIRCULANTE	98.826.928	90.611.944
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.775.078	8.585.642
Caixa e bancos	1.161.592	1.200.195
Aplicações de liquidez imediata	3.613.486	7.385.447
DIREITOS REALIZÁVEIS	94.051.850	82.026.302
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	90.077.885	72.349.817
Estoques (Nota 3)	769.820	854.189
Outras créditos	3.204.145	8.822.296
NÃO-CIRCULANTE	1.356.315.090	1.254.262.238
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.529.392	1.026.922
Depósitos judiciais (Nota 3)	2.529.392	1.026.922
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.353.785.698	1.253.235.316
TOTAL DO ATIVO	1.455.142.018	1.344.874.182

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

P A S S I V O

	R$(1) 31/12/2015	R$(1) 31/12/2014
CIRCULANTE	159.415.595	115.490.017
Fornecedores	62.171.508	48.371.905
Retenções contratuais	859.369	775.118
Provisão de férias e gratificação	10.210.523	7.596.110
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	2.395.410	2.046.293
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	42.370.146	11.031.820
Empréstimos e financiamentos (6)	28.722.898	29.697.595
Parcelamentos (Nota 7)	9.877.855	14.863.130
Consignações a recolher	684.346	995.111
Salários e ordenados a pagar	2.010.605	
Outros débitos	112.935	112.935
NÃO-CIRCULANTE	91.924.429	141.048.960
Parcelamentos (Nota 7)	38.632.963	81.140.851
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	15.466.146	24.129.481
Provisão Para Contingências (nota 8)	8.185.942	6.462.738
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.639.378	29.315.890
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.203.801.994	1.088.335.205
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota10)	512.287.330	425.302.248
Prejuízos Acumulados	-228.086.326	-256.568.033
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.455.142.018	1.344.874.182

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1/1/2015 A 31/12/2015	R$(1) PERÍODOS 1/1/2014 A 31/12/2014
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	**403.078.178**	**360.729.913**
Custo dos Serviços (Nota 14)	**242.845.789**	**-229.160.922**
Lucro Bruto	**160.232.389**	**131.568.991**
Despesas Operacionais	-135.816.518	-135.918.655
Comerciais (Nota 15)	-63.535.822	-52.519.940
Administrativas (Nota 15)	-96.132.531	-93.067.568
Despesas fiscais e tributárias	-2.733.219	-2.603.908
Outras Receitas(despesas operacionais)	28.308.259	10.431.360
Contingências Cíveis e Trabalhistas	-1.723.205	1.841.401
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	**24.415.871**	**-4.349.664**
Receitas (Despesas) Financeiras	**-23.955.385**	**-13.066.605**
Receitas	1.404.780	1.595.481
Juros e encargos financeiros	-22.433.528	-11.894.828
Variações Monetárias	-2.926.637	-2.767.258
Lucro(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	**460.486**	**-17.416.269**
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	460.486	-17.416.269
Lucro(Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	**0,04443656**	**-1,68**
Quantidade de Ações	**10.362.771.972**	**10.362.771.972**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R$ (1) PERÍODO DE 1/1/2015 A 31/12/2015	R$ (1) PERÍODO DE 1/1/2014 A 31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	460.486	-17.416.269
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:	100.274.629	66.955.004
Depreciação e amortização	34.846.575	35.462.957
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	1.409.388	277.630
Provisão p/perdas na realização de créditos	19.747.949	17.010.891
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	13.322.861	11.436.268
Variação monetária sobre financiamentos	2.926.636	2.767.258
Ajustes de Exercício Anterior	28.021.220	
Total	100.735.115	49.538.735
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:		
Clientes	-37.476.017	-20.817.799
Estoques	84.369	1.266.682
Outros créditos	5.618.151	2.566.510
Outras contas ativas de longo prazo	-1.502.470	-361.580
Fornecedores	14.148.720	2.148.945
Retenções contratuais	84.251	-189.361
Contas a pagar	-4.356.663	14.257.180
Impostos, taxas e contribuições diversas	16.593.713	2.790.336
Consignações a recolher	-310.764	142.314
Provisão p\ Férias e Gratificação	2.614.414	-1.828.403
Salários e Encargos a pagar	17.772.406	2.752.199
Outros Débitos	1.723.204	-22.280.260
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	14.993.314	-19.553.237
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	115.728.430	29.985.498
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-136.806.345	-138.617.739
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-136.806.345	-138.617.739
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	86.985.082	134.053.350
Parcelamento de Dívidas Tributárias	32.075.203	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-82.472.054	-10.057.824
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	13.257.263	23.433.064
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-32.901.633	-32.568.008
Recursos Vinculados a Convênios	323.489	
Adiantamento p/ conta da dívida contraída e parcelada		-6.596.449
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	17.267.350	108.264.133
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	-3.810.565	-368.108
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	8.585.643	8.953.750
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	4.775.078	8.585.642

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

CNPJ
13.018.171/0001-90

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2014 A 31/12/2015)

R$(1)

CONTAS / ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01\JAN\14	899.488.607	20.112.383	-239.151.764	291.248.898	971.698.124
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL		-	-	134.053.350	134.053.350
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		-			-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-17.416.269	-	-17.416.269
SALDOS EM 31\DEZ\14	899.488.607	20.112.383	-256.568.033	425.302.248	1.088.335.205
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL				87.198.076	87.198.076
DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS P\ CAPITAL				-212.993	-212.993
RESULTADO DO EXERCÍCIO			460.486		460.486
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR			28.021.220		28.021.220
SALDOS EM 31\DEZ\15	899.488.607	20.112.383	-228.086.327	512.287.331	1.203.801.994

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto	Haroldo Anderson Deda Filho	José Gabriel Almeida de Campos	Sílvio Múcio Farias	Wanderlê Dias Correia	Gílson Ribeiro de Jesus
Diretor Presidente	Dir. De Gestão Corporativa	Dir. De Meio Ambiente e Eng.	Diretor de Operações	Dir. Comercial Financeiro	Contador CRC\SE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores Expressos em R$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto–lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembléia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 16 (dezesseis) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 78% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2015, os bens patrimoniais relacionados ás concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório , que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./15 e 31/dez./14 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido).

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da ultima leitura até o fim do período contábil.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes ate a data do balanço.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Particulares	196.525.512	174.017.848
Público	87.431.442	73.720.196
Contas a Faturar	21.604.402	20.347.295
(-) Perdas Prováveis c\Clientes	(215.483.471)	(195.735.522)
Contas a Receber, líquido	90.077.885	72.349.817

No Relatório Final dos saldos de Contas a Receber de Usuários Públicos e Particulares foi apurado um total de R$ 290.779.017 que no cotejamento com o apresentado pelo saldo contábil (R$ 283.956.954) foi verificada uma diferença a maior de R$ 6.822.063

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2015 com base nos seguintes critérios:

Contabilização como despesas no exercício de 2015 o montante de R$ 19.747.949 atribuído ás Perdas do período e formação de provisão.

ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Almoxarifado Central	769.820	854.189
TOTAL	769.820	854.189

g) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./15

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.030.608.537	350.380.591	680.227.946
Sistema de Esgoto	253.425.052	59.247.407	194.177.645
Bens de Uso Geral	27.299.956	20.578.759	6.721.197
Subtotal em Operação	1.311.333.545	430.206.757	881.126.788
Obras em Andamento	472.658.910		472.658.910
TOTAL GERAL	1.783.992.455	430.206.757	1.353.785.698

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./14

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.009.599.038	321.203.631	688.395.407
Sistema de Esgoto	247.342.075	54.307.527	193.034.548
Bens de Uso Geral	27.202,241	19.849.022	7.353.219
Subtotal em Operação	1.284.143.354	395.360.180	888.783.174
Obras em Andamento	364.452.142	0	364.452.142
TOTAL GERAL	1.648.595.496	395.360.180	1.253.235.316

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos ate 31/dez./15. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

CNPJ
13.018.171/0001-90

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2015	2014
Cercos	15.334	5.334
Coelba	44.121	37.921
Energisa	2.030.120	1.804.592
Sulgipe	305.835	198.446
TOTAL	2.395.410	2.046.293

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Cofins	16.402.235	1.815.577
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.729.717	3.223.653
FGTS	1.060.944	1.002.337
INSS	17.338.047	3.768.939
PIS PASEP	2.717.207	394.194
Outros	3.121.996	827.120
TOTAL	42.370.146	11.031.820

O acréscimo verificado nas contas do Cofins (R$ 14.586.658), PIS PASEP (R$ 2.323.013) e INSS (R$ 13.569.108) são competências em atraso de 08 a 10\2015 pelo qual estamos parcelando junto á Receita Federal do Brasil.

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000004	3.563.328		3.563.328	ago\ 2016	5,25	CDI
Bc Brasil ct 40\00007	46.100	253.093	299.193	07\ 2017	3,50	-
Banco Daycoval Ct 718086	3.585.840	2.200.307	5.786.147	10\ 2017	6,17	CDI
Bic Banco ct 12144011	1.325.705		1.325.705	03\ 2016	6,17	CDI
B. Brasil Finame ct 40000007-9	76.000	1.175.894	1.251.894	01\ 2025	6,00	-
Bic Banco ct 11986892	3.612.845		3.612.845	out\ 2016	6,17	CDI
Instituto Assistencial da DESO	7.900.529	7.921.821	15.822.350	dez\ 2019	5,80	CDI
BCV – Banco de Credito Varejo	4.613.529	1.061.794	5.675.323	jul\ 2017	6,17	CDI
Banco Daycoval Ct 755544-5	2.347.139	1.699.963	4.047.102	fev\ 2018	11,03	CDI
Banco Intermedium S\A	1.651.883	1.153.274	2.805.157	ago\ 2017	10,69	CDI
TOTAIS	28.722.898	15.466.146	44.189.044	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,50% a 10,69% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para DEZEMBRO de 2019.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Parcelamento Ordinário -INSS	820.539		820.539	DEZ\2016
Parcelamento Ordinário - RFB	898.542		898.542	DEZ\2016
REFIS LEI 12.996 CÓD. 4750 - Consolidado	1.616.616	10.078.704	11.695.320	08\2030
REFIS LEI 12.996 COD. 4737 - Consolidado	605.146	3.772.744	4.377.890	08\2030
REFIS LEI 12.996 COD. 4743 RFB/ INSS	849.918	7.636.435	8.486.353	09\2031
REFIS LEI 12.996 COD. 4720 PGFN\ INSS	379.507	7.244.561	7.624.068	09\2031
DÉBITOS TRABALHISTAS	4.707.587	9.900.519	14.608.106	DEZ\2017
TOTAIS	9.877.855	38.632.963	48.510.818	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de ate 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

NOTA 8.PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALORDA BASE 31/ DEZ./15	PROVISÃO EM 31 DEZ./15	PROVISÃO EM 31/ DEZ./14
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	4.162.256	4.162.256	4.127.815
Possivel	28.866.386	-	
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	4.023.686	4.023.686	2.334.923
Possivel	27.889.437	-	
TOTAIS	64.941.765	8.185.942	6.462.738

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2015	2014
Prefeitura de Aracaju	17.211.480	16.887.992
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária - INCRA	228.790	228.790
TOTAL	29.639.378	29.315.890

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R$ 87.198.075 , sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./13, o capital social integralizado era de R$ 899.488.607 , composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R$
Estado-SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2015 e 2014.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para suplementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jóias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2015 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R$ 2.338.544 , sendo o valor de R$ 2.186.324 destinados aos fundos e R$ 152.220 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./15 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 519 associados.

NOTA 13 – RECEITAS

A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	357.519.780	322.818.564
Receitas de Esgoto	56.189.926	47.570.126
Receitas de Outros serviços	29.074.375	23.776.346
Receitas a Faturar	1.269.913	3.033.681
Total das Receitas Operacionais	444.053.994	397.198.717
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(33.680.294)	(29.954.700)
PIS/PASEP	(7.295.522)	(6.514.104)
Total das deduções	(40.975.816)	(36.468.804)
Total da Receita Operacional Líquida	403.078.178	360.729.913

B) OUTRAS RECEITAS(DESPESAS OPERACIONAIS)

O aumento das outras Receitas (despesas operacionais) foi decorrente das Reduções de Encargos da Lei n° 12.996\14 – REFIS DA COPA no montante de R$ 14.831.065.

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Pessoal	(93.435.033)	(99.445.083)
Material	(21.415.311)	(22.692.898)
Serviços de Terceiros	(96.545.000)	(75.467.713)
Depreciação	(31.299.649)	(31.018.326)
Outros custos	(150.796)	(536.902)
Total dos Custos dos Serviços	242.845.789	229.160.922

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Despesas Comerciais		
Pessoal	(25.018.509)	(17.626.361)
Material	(1.133.438)	(3.075.998)
Serviços e Terceiros	(17.378.617)	(14.536.150)
Perdas de Crédito	(19.747.949)	(17.010.891)
Outras despesas comerciais	(257.309)	(270.540)
Total das Despesas Comerciais	(63.535.822)	(52.519.940)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(55.536.962)	(45.382.586)
Material	(202.290)	(163.127)
Serviços de Terceiros	(32.788.846)	(36.897.464)
Depreciação	(3.546.926)	(4.444.630)
Outros Custos	(4.057.507)	(6.179.761)
Total das Despesas Administrativas	(96.132.531)	(93.067.568)

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

CNPJ
13.018.171/0001-90

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
CNPJ(MF) 13.018.171/0001-90
Aracaju-SE

I – Introdução:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

II - Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

III - Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com o Relatório da Administração e as Notas Explicativas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

IV – Base para Opinião com Ressalva:

1) Controles Internos sobre a rubrica de Contas a Receber de Clientes

Conforme mencionado na nota explicativa nº "3-E" existe numa diferença no cotejamento entre o Saldo Contábil e o valor do Relatório do Sistema GSAN, que não pudemos quantificar e qualificar com exatidão, de modo que os procedimentos alternativos recomendados nas circunstancias tornaram-se inviáveis diante da necessidade de aprimoramento nos processos de alimentação e manutenção das informações individuais e por segmento de Clientes.

2) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº "3-G", não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

3) Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequ ência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

V – Opinião com Ressalva:

Em nossa opinião, considerando os efeitos que advirão dos ajustes decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos **1, 2 e 3 de Base para Opinião com Ressalva** as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho e resultado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI – Ênfase:

1) Conforme mencionado na Nota Explicativa "1", a Companhia presta serviços para 73 sedes municipais do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 16 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem a Lei n° 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, n° 1.261/09 alterada pela Resolução n° 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2015.

IV - Outros assuntos:

(a) Auditoria do Exercício Anterior:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins comparativos foram anteriormente auditados outros auditores independentes cujo relatório de auditoria sobre tais demonstrações contábeis foi emitido em 06 de março de 2015, contendo as mesmas ressalvas e ênfase relacionadas aos mesmos assuntos mencionados.

Aracaju/SE, 01 de abril de 2016.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE
028157/O-2 "S"SE

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE
021100/O-8 "S"SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 01 de abril de 2016, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se), 18 de abril de 2016.

JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES
SARA MARIA COSTA VIANA ARAÚJO
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 027/2016

Processo Administrativo nº 55629/2016

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO, Sociedade de Economia Mista Estadual, torna público o resultado do Julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO nº 027/2016 2.0.07.00/GECA/DGC – que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAÇÃO AMBIENTAL/DETECTOR MULTIGÁS, MEDIDOR DE STRESS TÉRMICO, DOSÍMETRO DE RUÍDO COM CALIBRADOR E LUXÍMETRO PARA UTILIZAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COST – COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ENGENHEIRA DE SEGURANÇA E TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, NAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÕES QUANTITATIVAS AMBIENTAIS, EM CUMPRIMENTO À NORMA REGULAMENTADORA - NR – 9 – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA. Fonte de Recurso: Receita Própria da DESO – Rubrica 10. Lote ÚNICO – FRACASSADO. WAGNEVALTER TELES BARRETO-Pregoeiro.

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2016

Processo Administrativo nº 103243/2015

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO, Sociedade de Economia Mista Estadual, torna público o resultado do Julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2016 - 2.0.07.00/GECA/DGC/DESO– que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES OPERACIONAIS COMPLETOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS EMPREGADOS DA DESO, NO PERÍODO DE 12 MESES. Fonte de Recurso: Receita Própria da DESO – Rubrica 10. Lote 01 - Empresa vencedora: J.K INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA-ME - CNPJ: 13.174.186/0001-47, por apresentar menor valor para o Lote de **R$ 14.947,20 (quatorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Lote 02 - Empresa vencedora: J.K INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA-ME - CNPJ: 13.174.186/0001-47,** por apresentar menor valor para o Lote de **R$ 79.946,25 (setenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte cinco centavos). PEDRO GILMAR DE GOIS--**Pregoeiro.

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2016

Contratante: *COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO*
Contratada: *Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES*
CNPJ: *33.945.015/0001-81*

Objeto: *Contratação de Curso de hidrometria básica, para 05 (cinco) empregados da DESO a se realizar nos dias 06 e 07 de junho de 2016, em São Paulo/SP*
Valor Total: *R$ 1.990,00* (hum mil novecentos e noventa reais)
Prazo Contratual: ***02*** *dias*
Base Legal: Art. 25, inciso II, c/c Art 13 da Lei 8.666/93 / Parecer Jurídico 165/2016

Daniel Carlos Aragão Melo Santos
Presidente da CPL /DESO

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE - CRF - SE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE INEXIBILIDADE

CONTRATANTE: **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE**
CONTRATADA: **IMPLANTAINFORMÁTICA LTDA.**
OBJETIVO:**MANUTENÇÃO DE USO ILIMITADO DE LICENÇA DO SISTEMA PARA O CONTROLE E GERAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O TCU – GESTÃO TCU.NET, DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE.**
VALOR ANUAL ESTIMADO:**R$ 4.162,20 (QUATRO MIL E CENTO E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)**
TIPO DE EMPENHO:**GLOBAL.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES – 01/04/2016 A 31/03/2017.

ROSA DE LOURDES FARIA MARIZ
Presidente do CRF/SE

Santos e Filhos Ltda.,torna público que recebeu da ADEMA a LI N° 72/2015, em 22/04/2015, válida por 2 anos, ref. ao Com. e Varejo de Comb. Líquidos, Revenda de Lubr. p/Veíc. Automotores, Loja de Auto Peças, Loja de Conv.,Troca de Óleo e 01 Loja Comer., situado na Praça Dom José Tomaz, 139, Brasília, N. Sr.ª da Glória -SE.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De ordem do Sr. Presidente da OAB/SE, **Henri Clay Santos Andrade**, faço público que a bacharela **MARIA THAYNARA NASCIMENTO DE OLIVEIRA** requereu Inscrição Definitiva juntando os documentos exigidos em Lei.

Aracaju (SE), 18de abril de 2016.

AURÉLIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
Secretário-Geral – OAB/SE

"A Empresa MARC Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios Ltda EPP, inscrita no CNPJ nº 13.509.422/0001-39, situada na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 215, Sala E14, Shopping Jardins, Bairro Jardins, Aracaju (SE), vem através desta comunicar o extravio das Notas Fiscais Manual, modelo D1, da numeração de 401 a 450. A Direção."

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016

O CRCSE torna público que realizará licitação**,** na modalidade Pregão Presencial, visando o Registro de Preços para eventual locação de espeço e contratação de coffe break para realização de cursos, ofertados pelo CRCSE, conforme discriminado no edital, estando à sessão pública para recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação de habilitação prevista para **as 15h do dia 06/05/2016**. O edital, bem como quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas no endereço eletrônico do CRCSE (www.crcse.org.br), bem como pelos telefones (79) 33016811/33016816, ou correio eletrônico cpl@crcse.org.br.

Aracaju/SE, 22 de abril de 2016

THIAGO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
Pregoeiro do CRCSE

MINISTÉRIO PÚBLICO

Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 13/2016

OBJETO: Aquisição de suprimentos e materiais para atender as atividades de manutenção dos equipamentos e da infraestrutura de redes de computadores do parque tecnológico do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme especificações no Termo de Referência – Anexo I do edital
SESSÃO DE ABERTURA: 10/05/2016 - HORA: 09:00 h.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações, 3º andar, situada na Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio nº 505 – Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro, Capucho, Aracaju/Se.
TIPO: Menor Preço Global
REGÊNCIA LEGAL: Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666/93, LC 123/06, Decreto Estadual nº 26.531/09 e Decreto Estadual nº 25.728/2008.
INFORMAÇÕES: Ministério Público do Estado de Sergipe, telefones (79) 3209-2400, ramal 2874, e www.mpse.se.br

Aracaju/SE, 20 de abril de 2016.

Max Oliveira Dantas
PREGOEIRO MP/SE

Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 13/2016

OBJETO: Aquisição de suprimentos e materiais para atender as atividades de manutenção dos equipamentos e da infraestrutura de redes de computadores do parque tecnológico do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme especificações no Termo de Referência – Anexo I do edital
SESSÃO DE ABERTURA: 10/05/2016 - HORA: 09:00 h.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações, 3º andar, situada na Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio nº 505 – Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro, Capucho, Aracaju/Se.
TIPO: Menor Preço Global
REGÊNCIA LEGAL: Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666/93, LC 123/06, Decreto Estadual nº 26.531/09 e Decreto Estadual nº 25.728/2008.
INFORMAÇÕES: Ministério Público do Estado de Sergipe, telefones (79) 3209-2400, ramal 2874, e www.mpse.se.br

Aracaju/SE, 20 de abril de 2016.

Max Oliveira Dantas
PREGOEIRO MP/SE

Diário Oficial eletrônico



Tecnologia e informação

SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE Segrase

Rua Propriá, 227, Centro Aracaju/Sergipe
Telefone: (79) 3205-7400
email: segrase@segrase.se.gov.br



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Domingo, 24 de Abril de 2016 às 20:56:01

Documento original emitido conforme legislação vigente.
A verificação de autenticidade na internet pode ser feita no site da SEGRASE: www.segrase.se.gov.br